

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
---	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	129
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	133
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	134
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	283.067.254
Preferenciais	0
Total	283.067.254
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	23.779.054	22.311.645	19.483.678
1.01	Ativo Circulante	4.380.417	4.701.333	3.099.392
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.029	431.981	83.454
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.132.207	830.815	10.833
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.132.207	830.815	10.833
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	1.132.207	830.815	10.833
1.01.03	Contas a Receber	1.865.034	1.900.114	1.824.173
1.01.03.01	Clientes	1.865.034	1.900.114	1.824.173
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	1.865.034	1.900.114	1.824.173
1.01.04	Estoques	14.890	24.322	21.408
1.01.06	Tributos a Recuperar	874.033	1.049.940	732.086
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	874.033	1.049.940	732.086
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	135.524	80.868	40.415
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições a recuperar	738.509	969.072	691.671
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	409.224	464.161	427.438
1.01.08.03	Outros	409.224	464.161	427.438
1.01.08.03.03	Outros créditos a receber	315.728	337.846	216.556
1.01.08.03.04	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	0	0	147.098
1.01.08.03.05	Serviços pedidos	93.496	126.315	63.784
1.02	Ativo Não Circulante	19.398.637	17.610.312	16.384.286
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.683.290	7.589.512	7.585.497
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	27.506	27.846	0
1.02.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	27.506	27.846	0
1.02.01.04	Contas a Receber	131.136	68.761	75.961
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	65.247	53.484	75.961
1.02.01.04.03	Serviços pedidos	65.889	15.277	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.249.542	1.776.447	1.375.535
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	2.249.542	1.776.447	1.375.535

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.275.106	5.716.458	6.134.001
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	170.708	162.106	146.465
1.02.01.10.06	Impostos e contribuições a recuperar	1.682.816	1.740.348	2.371.976
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	1.925.201	1.397.260	809.688
1.02.01.10.09	Outros créditos a receber	749.004	827.647	597.921
1.02.01.10.11	Ativo de contrato	1.747.377	1.589.097	2.207.951
1.02.03	Imobilizado	3.643	6.702	19.211
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.643	6.702	19.211
1.02.04	Intangível	10.711.704	10.014.098	8.779.578
1.02.04.01	Intangíveis	10.711.704	10.014.098	8.779.578
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	10.711.704	10.014.098	8.779.578

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	23.779.054	22.311.645	19.483.678
2.01	Passivo Circulante	3.168.455	3.465.731	9.322.065
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	83.278	74.649	51.863
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	83.278	74.649	51.863
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	83.278	74.649	51.863
2.01.02	Fornecedores	1.369.165	1.556.678	1.428.060
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.369.165	1.556.678	1.428.060
2.01.02.01.01	Fornecedores e outras contas a pagar	1.319.892	1.500.687	1.326.396
2.01.02.01.02	Fornecedores - risco sacado	49.273	55.991	101.664
2.01.03	Obrigações Fiscais	161.386	103.290	169.116
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62.261	21.512	80.303
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	55.011
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	62.261	21.512	25.292
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	87.852	70.832	84.490
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11.273	10.946	4.323
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	263.650	372.221	7.056.087
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.378	11.977	7.056.087
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.378	11.977	7.056.087
2.01.04.02	Debêntures	237.272	360.244	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.290.976	1.358.893	616.939
2.01.05.02	Outros	1.290.976	1.358.893	616.939
2.01.05.02.04	Benefício pós-emprego	2.437	2.485	0
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	61.997	108.946	100.640
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	587.392	313.651	226.548
2.01.05.02.09	Passivos financeiros setoriais	375.315	146.117	0
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	204.611	728.972	218.032
2.01.05.02.11	Contribuição de iluminação pública	57.451	52.484	58.481
2.01.05.02.13	Passivo de arrendamento	959	6.238	13.238

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.01.05.02.14	Instrumento financeiro derivativo - swap	814	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	15.773.038	14.305.855	5.011.242
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.879.738	9.583.497	50.970
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	636.958	37.966	50.970
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	636.958	37.966	50.970
2.02.01.02	Debêntures	11.242.780	9.545.531	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.184.906	2.673.646	3.595.808
2.02.02.02	Outros	2.184.906	2.673.646	3.595.808
2.02.02.02.03	Fornecedores e outras contas a pagar	58.012	174.037	290.061
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	38.695	3.446	5.634
2.02.02.02.07	Benefício pós-emprego	151.121	159.084	162.522
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	106.209	64.817	36.633
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.537.807	1.795.557	2.807.467
2.02.02.02.12	Outras contas a pagar	73.068	43.865	32.569
2.02.02.02.13	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	85.376	431.761	254.440
2.02.02.02.14	Passivo de arrendamento	2.872	1.079	6.482
2.02.02.02.16	Instrumentos financeiros derivativos - swap	131.746	0	0
2.02.04	Provisões	1.708.394	2.048.712	1.364.464
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.708.394	2.048.712	1.364.464
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	44
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.353.478	1.457.777	855.753
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	349.940	371.121	327.966
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	4.976	219.814	180.701
2.03	Patrimônio Líquido	4.837.561	4.540.059	5.150.371
2.03.01	Capital Social Realizado	5.664.952	5.664.952	5.664.952
2.03.02	Reservas de Capital	3.511.744	3.509.456	3.507.653
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	3.511.744	3.509.456	3.507.653
2.03.03	Reservas de Reavaliação	34.229	44.166	55.918

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.349.287	-4.716.116	-4.113.921
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-24.077	37.601	35.769

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.855.406	9.213.201	9.032.297
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.744.003	-7.513.445	-8.387.344
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-5.190.963	-4.611.426	-4.761.719
3.02.02	Custo de construção	-2.124.537	-1.899.604	-2.154.219
3.02.03	Custo da operação	-1.428.503	-1.002.415	-1.471.406
3.03	Resultado Bruto	2.111.403	1.699.756	644.953
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-759.798	-1.286.817	-644.180
3.04.01	Despesas com Vendas	-78.464	-140.698	-8.671
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-494.902	-980.333	-422.557
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-64.249	45.619	-300.658
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	87.706
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-122.183	-211.405	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.351.605	412.939	773
3.06	Resultado Financeiro	-1.422.701	-1.479.859	-1.104.578
3.06.01	Receitas Financeiras	533.697	361.664	684.170
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.956.398	-1.841.523	-1.788.748
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-71.096	-1.066.920	-1.103.805
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	427.988	452.973	295.388
3.08.01	Corrente	-6.054	16.628	-36.314
3.08.02	Diferido	434.042	436.345	331.702
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	356.892	-613.947	-808.417
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	356.892	-613.947	-808.417
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1.2608	-2.16891	-2.85592
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1.2608	-2.16891	-2.85592

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	356.892	-613.947	-808.417
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-71.615	-9.920	32.642
4.02.01	Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego e hedge accounting, líquido de tributos diferidos)	-61.678	1.832	47.329
4.02.02	Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	-9.937	-11.752	-14.687
4.03	Resultado Abrangente do Período	285.277	-623.867	-775.775

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-283.172	230.484	191.588
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.004.581	1.299.078	497.406
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	356.892	-613.947	-808.417
6.01.01.02	Depreciação e amortização	682.216	522.760	428.392
6.01.01.03	Ajuste a valor presente	11.239	24.675	13.569
6.01.01.04	Baixa de recebíveis incobráveis	5.759	35.122	60.531
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais	1.445.497	1.210.570	442.155
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro e contratual	-75.084	-28.226	-29.553
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	64.249	-45.619	240.127
6.01.01.08	Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	53.876	481.858	175.040
6.01.01.09	Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	20.088	366.557	114.912
6.01.01.10	Rendimentos de aplicações financeiras	-146.389	-110.767	-32.748
6.01.01.11	Provisão e atualização de encargos setoriais	93.129	87.270	6.486
6.01.01.12	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-896.282	-257.475	-386.235
6.01.01.13	Baixa de intangível, financeiro e contratual	31.901	81.774	9.941
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuição social diferido	-434.042	-436.345	-331.702
6.01.01.15	Imposto de renda e contribuição social correntes	6.054	-16.628	36.314
6.01.01.16	Obrigações com benefício pós-emprego	17.937	17.600	20.131
6.01.01.17	Instrumentos financeiros derivativos - juros e variação cambial	-41.516	13.166	538.463
6.01.01.18	Valor justo das opções de compra	5.330	2.588	0
6.01.01.19	PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores	-201.249	-35.855	0
6.01.01.20	Encargos de Geração Distribuída	4.976	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-149.766	-184.336	623.653
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-30.269	-130.515	65.281
6.01.02.04	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-54.656	-40.453	36.559
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar	-56.994	84.544	130.344
6.01.02.06	Depósitos vinculados	-6.757	-11.771	-16.951
6.01.02.07	Provisão para riscos judiciais	-419.634	-239.980	-146.447

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.08	Outros créditos a receber	79.339	-213.081	155.870
6.01.02.09	Fornecedores - risco sacado	-6.718	-45.673	101.664
6.01.02.10	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-117.321	-106.440	-141.596
6.01.02.11	Fornecedores	-407.612	26.190	-527.983
6.01.02.12	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-6.054	-38.383	-35.669
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	697.771	565.930	316.404
6.01.02.14	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	3.212	23.622	780.026
6.01.02.15	Serviços pedidos	-17.793	-77.808	30.419
6.01.02.16	Encargos setoriais	-98.686	-50.780	-41.567
6.01.02.17	Contribuição de iluminação pública	4.967	-5.997	-4.319
6.01.02.18	Benefícios pós-emprego	-16.919	-15.777	-4.915
6.01.02.19	Outras obrigações	294.926	94.950	-55.693
6.01.02.20	Almoxarifado	9.432	-2.914	-17.774
6.01.03	Outros	-1.137.987	-884.258	-929.471
6.01.03.01	Juros pagos	-1.284.376	-995.025	-962.219
6.01.03.02	Rendimentos de aplicações financeiras	146.389	110.767	32.748
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.089.666	-2.485.393	-1.933.912
6.02.01	Adições de ativo de contrato e imobilizado	-1.788.614	-1.637.565	-1.927.520
6.02.02	Resgate (aplicações) financeiras	-301.052	-847.828	-347
6.02.03	Aquisições no ativo intangível	0	0	-6.045
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.025.886	2.603.436	1.474.498
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	563.600	260.000	8.747.229
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	-14.530	-7.084.053	-7.302.709
6.03.03	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos (principal)	0	0	46.779
6.03.04	Pagamento de arrendamentos (principal)	-6.464	-14.995	-16.801
6.03.05	Captação de debêntures	7.076.938	10.848.826	0
6.03.07	Amortização de debêntures	-5.593.658	-1.406.342	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-346.952	348.527	-267.826

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	431.981	83.454	351.280
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.029	431.981	83.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.664.952	3.509.456	0	-4.716.116	81.767	4.540.059
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.664.952	3.509.456	0	-4.716.116	81.767	4.540.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.288	0	0	0	2.288
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.288	0	0	0	2.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	356.892	-61.678	295.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	356.892	0	356.892
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-61.678	-61.678
5.05.02.08	Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego e hedge accounting, líquido de tributos diferidos)	0	0	0	0	-61.678	-61.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	9.937	-9.937	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.937	-9.937	0
5.07	Saldos Finais	5.664.952	3.511.744	0	-4.349.287	10.152	4.837.561

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.664.952	3.507.653	0	-4.113.921	91.687	5.150.371
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.664.952	3.507.653	0	-4.113.921	91.687	5.150.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.803	0	0	0	1.803
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.803	0	0	0	1.803
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-613.947	1.832	-612.115
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-613.947	0	-613.947
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.832	1.832
5.05.02.08	Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	0	0	0	0	1.832	1.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.752	-11.752	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.752	-11.752	0
5.07	Saldos Finais	5.664.952	3.509.456	0	-4.716.116	81.767	4.540.059

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.664.952	3.507.653	0	-3.320.191	59.045	5.911.459
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.664.952	3.507.653	0	-3.320.191	59.045	5.911.459
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-808.417	47.329	-761.088
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-808.417	0	-808.417
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	47.329	47.329
5.05.02.06	Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	0	0	0	0	47.329	47.329
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14.687	-14.687	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	14.687	-14.687	0
5.07	Saldos Finais	5.664.952	3.507.653	0	-4.113.921	91.687	5.150.371

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	15.332.466	13.186.478	13.940.494
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.272.178	11.241.255	11.867.368
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.124.537	1.899.604	2.154.219
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-64.249	45.619	-81.093
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.681.232	-8.241.792	-8.886.720
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.315.500	-6.511.030	-5.276.620
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.238.498	-1.277.092	-3.038.550
7.02.04	Outros	-127.234	-453.670	-571.550
7.02.04.01	Outras despesas operacionais	-127.234	-453.670	-571.550
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.651.234	4.944.686	5.053.774
7.04	Retenções	-682.216	-522.760	-428.319
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-682.216	-522.760	-428.319
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.969.018	4.421.926	4.625.455
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	550.442	378.642	684.170
7.06.02	Receitas Financeiras	550.442	378.642	684.170
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.519.460	4.800.568	5.309.625
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.519.460	4.800.568	5.309.625
7.08.01	Pessoal	123.600	142.887	275.053
7.08.01.01	Remuneração Direta	71.974	99.637	183.389
7.08.01.02	Benefícios	23.575	26.654	68.756
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.051	16.596	5.740
7.08.01.04	Outros	0	0	17.168
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.080.387	3.432.810	4.064.546
7.08.02.01	Federais	2.241.017	1.964.730	1.927.617
7.08.02.02	Estaduais	1.838.897	1.466.693	2.125.778
7.08.02.03	Municipais	473	1.387	11.151
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.958.581	1.838.818	1.778.443
7.08.03.01	Juros	1.456.852	1.281.450	527.952

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03.02	Aluguéis	2.183	-2.705	-10.302
7.08.03.03	Outras	499.546	560.073	1.260.793
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	356.892	-613.947	-808.417
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	356.892	-613.947	-808.417

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração 2024

A Administração da Equatorial Goiás em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da Equatorial Goiás, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2024

- O **volume de energia distribuída** no ano totalizou 18.020 GWh, representando um crescimento de 7,8% em relação a 2023;
 - A **Receita Operacional Líquida (ROL)** no exercício de 2024 atingiu R\$ 8.731 milhões, refletindo um crescimento de 19,3% em relação ao ano anterior, desconsiderando a receita de construção.
 - O **EBITDA Societário** atinge R\$ 2.033,8 milhões em 2024, melhorando 117,4% ou R\$ 1.098 milhões em comparação a 2023 que registrou R\$ 935.699 milhões.
 - Os **investimentos** da Equatorial Goiás somaram R\$ 2.125 bilhões em 2024, 2% superior aos dos investimentos realizados em 2023;
 - As **perdas de energia** auferidas em 2024 reduziram 2,5 p.p. comparado ao ano de 2023, atingindo 9,9% da energia requerida;
 - Os indicadores operacionais **DEC** e **FEC** apresentaram uma redução entre 2024 e 2023, o DEC passando de 21,58 para 15,91 e o FEC de 11,16 para 7,61, demonstrando um avanço no desempenho.
-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mensagem do Presidente

Há dois anos a Equatorial assumiu o controle da distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás. Até agora foram grandes os desafios que, com muito comprometimento com os clientes, com muita energia, trabalho árduo e constante, estamos colhendo os resultados.

Nestes dois anos de Equatorial Goiás, investimos R\$ 3.678 milhões em recuperação, modernização e expansão do sistema elétrico. Realizamos a entrega de 6 novas subestações e a modernização de 202 subestações, além da substituição de mais de 10 mil equipamentos de rede elétrica, ampliando a capacidade e a confiabilidade do fornecimento de energia em todas as regiões de Goiás.

Ao longo de 2024 continuamos o plano de recuperação da qualidade para o fornecimento e atendimento ao mercado goiano: construímos as subestações JK em Jataí e Pirenópolis, construímos 07 novas linhas de distribuição de alta tensão com extensão de 124 km.

Os resultados têm melhorado significativamente. Nos Indicadores de Continuidade da ANEEL de 12 meses, visão regulatória, fechamos o ano com o DEC em 15,9 – redução de 5,7 horas em comparação com 2023 e o FEC em 7,6 – redução de 3,6 vezes em comparação com o ano anterior e já dentro dos limites regulatórios. Nos resultados econômico-financeiros, fechamos 2024 com o EBITDA Societário Ajustado em R\$ 2.065 milhões, melhora de R\$ 624 milhões ou 43,3% em comparação a 2023, e o Prejuízo Líquido Ajustado de 2024 foi de R\$ 93 milhões, melhora de R\$ 148 milhões ou 61% quando comparado ao ano anterior.

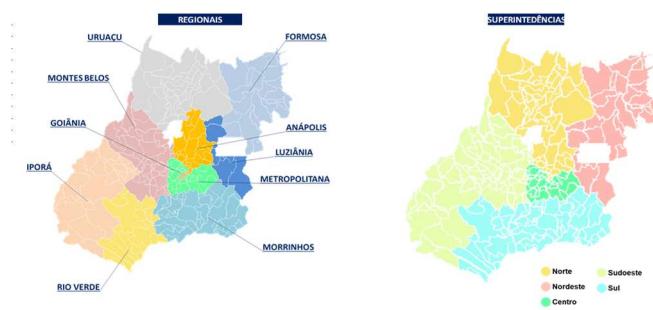
Continuamos comprometidos com o Estado de Goiás, realizando investimentos, modernizando e expandindo a infraestrutura elétrica, visando sempre o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida de todos.

Avante, Goiás!

Lener Silva Jayme
Diretor-Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas em Goiás



Goiás	
Capital	Goiânia
Área (km ²)	340.086
Número de Municípios	246
População Estimada	7.350.483
Cres. Estimado PIB GO	6,6%
Cres. Estimado PIB BR	3,2%
Part. No PIB Centro-Oeste	29%
Densidade demográfica (hab/km ²)	20,74

Ambiente econômico e perspectivas no estado de Goiás

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mal/>;

Os dados econômicos apresentados na tabela abrangem todo o estado de Goiás, incluindo os municípios que integram a área de concessão da CHESP. Sem considerar essa área de concessão, o estado possui uma população estimada de 7.280.362 habitantes e um total de 237 municípios.

Em 2024, o consumo de energia elétrica no estado de Goiás experimentou um aumento significativo de 8%, alcançando um total de 18.011 GWh. Esse crescimento foi principalmente impulsionado pelo desempenho favorável dos setores Residencial e Comercial, que, por sua natureza, são particularmente sensíveis às variações climáticas, como temperatura e precipitação. O resultado observado pode ser atribuído, em grande parte, às respostas dos consumidores às condições climáticas atípicas geradas pelo fenômeno El Niño, o qual provocou temperaturas acima da média no estado, e cujos efeitos perduraram até o início do mês de junho. A intensificação da demanda por energia reflete, assim, a adaptação dos consumidores a essas condições climáticas excepcionais.

O volume total de energia faturada da Equatorial Goiás registrou um aumento de 6,0% no ano de 2024, correspondendo a um acréscimo de 931 GWh em comparação ao ano anterior. O consumo da classe residencial representou 41,1% do volume total de vendas e 86,3% do total de clientes da Equatorial Goiás. O consumo médio faturado por cliente nessa classe aumentou 15,3%, alcançando 188 kWh no primeiro trimestre de 2024. Além disso, houve um incremento de aproximadamente 67 mil clientes residenciais durante o trimestre.

Quanto às demais classes (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio), que representam 20,13% do consumo total faturado, houve um aumento combinado de 5,5% no consumo faturado, resultando em um acréscimo de 188,9 GWh em 2024 em comparação com 2023.

No quarto trimestre de 2024, a energia total injetada no estado de Goiás apresentou uma redução de 5,0%, totalizando 4,477 TWh. Paralelamente, a energia proveniente da geração distribuída registrou um expressivo aumento de 41,9%, alcançando uma participação de 10,7% no volume total injetado durante o trimestre. A energia distribuída no estado também apresentou uma queda de 0,5% no período, com destaque para a classe industrial, que registrou um crescimento de 7,1%. Outro dado relevante foi a redução das perdas totais, que diminuíram 44,8% no trimestre. Esse movimento de queda é corroborado pela redução acumulada de 2,45% no índice de perdas em 12 meses.

Número de consumidores

Número de consumidores - O número de consumidores em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 2,41% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Consumidores	2024	2023	Var.
Residencial	2.975.484	2.894.256	2,81%
Industrial	8.353	8.394	-0,49%
Comercial	195.850	199.228	-1,70%
Outros	256.552	253.498	1,20%
Total	3.436.239	3.355.376	2,41%

Mercado atendido

O volume do mercado atendido cresceu 5,9% em relação ao ano de 2023, sendo o crescimento da classe residencial, maior classe de consumo da Equatorial Goiás, representando cerca de 49,8% do incremento total seguido da classe industrial com 25,7% do incremento total ocorridos no período.

Mercado Atendido - MWh	2024	2023	2022
Residencial	6.553.332	6.090.109	5.579.158
Industrial	4.165.263	3.926.188	3.853.889
Comercial	2.503.611	2.390.244	2.374.782
Outros	3.391.033	3.277.394	3.145.851
Suprimentos p/ agentes de distribuição			
Total	16.613.239	15.683.934	14.953.680
Variação	5,9%	4,9%	1,6%

Balanço energético

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 18.027 GWh, que corresponde a um crescimento de 7,9% em relação a 2023 (16.711 GWh). O índice de perdas totais da energia findou o ano de 2024 no patamar de 9,91%, com uma queda de 2,46 p.p em relação ao ano de 2023.

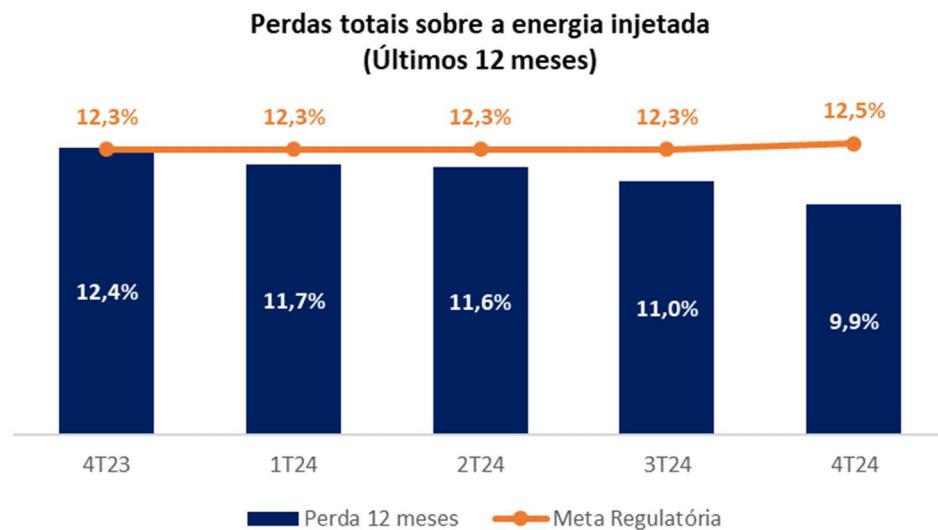
Balanço energético (MWh)	2023	2024	Var.
Goiás			
Sistema interligado	17.833.717	18.214.348	2,1%
Energia injetada	19.069.154	20.010.867	4,9%
Energia distribuída	16.711.008	18.026.870	7,9%
Energia de conexão com outras distribuidoras	11.010	15.306	39,0%
Perdas totais	2.358.146	1.983.997	-15,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

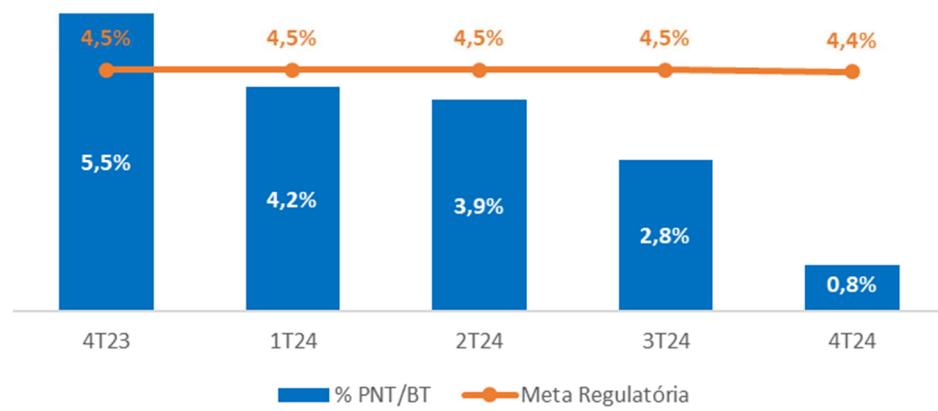
Gestão dos Negócios

Combate às Perdas

Em 2024, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Goiás, alcançou o patamar de 20.010 GWh, crescimento de 4,7% em relação a 2023. O faturamento atingiu 18.027 GWh o que representou um aumento de 7,9% na comparação com o ano anterior. Desse modo, às perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 1.983 GWh, equivalente a 9,9% da energia requerida, implicando em uma redução de 2,5 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



Na Equatorial GO, o ano de 2024 marcou a consolidação do processo de combate às perdas não técnicas. Com o uso de novas tecnologias e análises avançadas, foi possível identificar as localidades mais agressivas da concessão e maximizar o combate a perdas de forma efetiva. Somado a isso, ações que acarretaram em notícia crime para abertura de inquérito policial no enfrentamento dos furtos de energia contribuiu significativamente para a moralização das perdas, recuperação de mercado e consequentemente a redução do indicador de perdas, alcançando um patamar abaixo do limite regulatório definido agência reguladora (Aneel), além de fortalecer a cultura de combate a perdas dentro do Grupo Equatorial Energia.

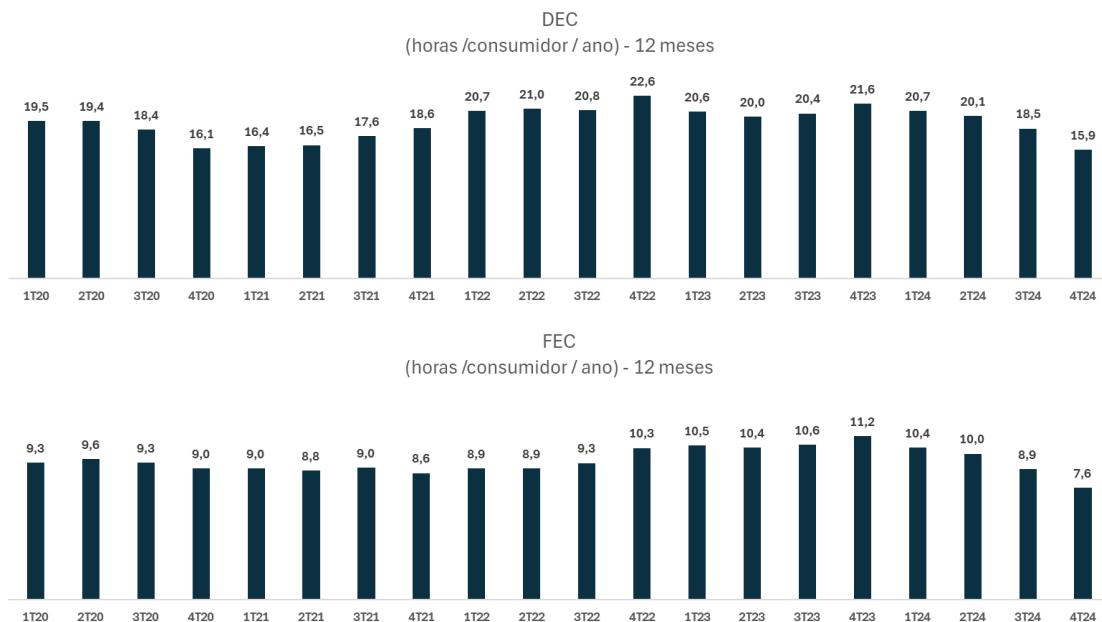
A seguir apresentamos as ações realizadas para o combate às perdas em 2024:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Recadastramento de pontos do parque de Iluminação Pública de 110 municípios;
- Inspeção de 5,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Inspeção de 198,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Identificação e regularização de 52,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Regularização de 21,1 mil clientes clandestinos ou desligados em área onde existia rede de energia;

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 26,3% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 31,8% em relação ao exercício anterior.



Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Goiás desempenha o papel de agente executor do Programa no Goiás. O Estado está inserido entre os 20 maiores programas do país, representando mais de 1,4% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada dedicadas ao programa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 31 de dezembro de 2023, a Equatorial Goiás alcançou a marca histórica de 50,6 mil famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 253 mil de habitantes. O Programa Luz para Todos já está presente em 236 municípios goianos, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades.

Assuntos Regulatórios

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 3.407/2024, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTA) de 2024 da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. estabelecendo as tarifas aplicáveis no período de 22 de outubro de 2024 a 21 de outubro de 2025. O reajuste representou um efeito médio de 4,33% (quatro vírgula trinta e três por cento) a ser percebido pelos consumidores do Estado de Goiás.

Além disso, em 18 de fevereiro de 2025, a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) emitiu a Nota Técnica nº 003/2025, na qual avaliou o desempenho da Equatorial Goiás no exercício de 2024, para o Plano de Resultados relativo à Continuidade do Fornecimento. O relatório confirmou a superação das metas estabelecidas para o período, evidenciando a eficácia das ações implementadas. Especificamente, a Distribuidora alcançou um percentual de 27,2% dos 147 conjuntos atendendo ao limite regulatório do DEC, superando a meta de 18%, enquanto 48,3% dos conjuntos atingiram o limite regulatório do FEC, frente a meta de 35%.

Os resultados demonstram o compromisso da Equatorial Goiás com a melhoria contínua da qualidade do fornecimento de energia elétrica, reforçando sua atuação na busca por maior confiabilidade e eficiência operacional em benefício da população goiana.

Relatório de Ações Sociais

O Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do Instituto Equatorial, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma nota B no questionário do CDP Clima, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de 7600% no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Luzes na Cidade

A Equatorial Goiás modernizou a iluminação pública de 2 municípios goianos por meio da troca gratuita de luminárias em avenidas, ruas e praças. Aproximadamente 1,9 mil luminárias já foram instaladas e o projeto contabiliza cerca de 2.181 MWh/ano de energia economizada.

E+ Reciclagem

O programa E+ Reciclagem recebeu mais de duas mil toneladas de resíduos em 2024. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 8 mil MWh economizados por meio da troca de 29.998 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED, tendo um total de 7.219,23 tCO₂eq evitados.

Cultura e Esporte

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 2024, a Equatorial Goiás investiu no desenvolvimento, valorização das tradições goianas e democratização do acesso à cultura para povo goiano. Por meio da lei de incentivo estadual – Programa Goyazes, foi investido mais de R\$ 11 milhões, o que possibilitou que fosse reconhecida pelo governo estadual como a empresa que mais investe em cultura em Goiás. No ano de 2024, foram executados 47 projetos, com público estimado de mais de 670 mil de pessoas, e mais de 100 municípios percorridos nas mais diferentes regiões do estado.

As iniciativas contempladas pela companhia, via Programa Goyazes, incluem festivais de música, cinema e gastronomia na capital e no interior; turnês de artistas locais pelo Estado; apresentações de peças teatrais e espetáculos de dança; circo; oficinas de práticas artístico-culturais diversas. Destacaram-se projetos como a Semana Santa da Cidade de Goiás; Festa do Muquém, Festival Goiânia Noise, EduCANTO III; Escola de Breaking de Goiânia, X FAVERA - Festival de Audiovisual de Vera Cruz, Festival de Teatro para Infância e Juventude, Festival Gastronômico de Pirenópolis, Circo de Pau-Fincado, Turnê do Musical Natal de Encantos, dentre outros.

Ainda em 2024, o Grupo Equatorial lançou seu primeiro edital nacional para seleção de projetos de cultura, audiovisual e esporte, aprovados por meio de leis federais de incentivo. Os projetos aprovados deveriam ser executados nos estados em que o Grupo atua na distribuição de energia. Para Goiás, foram selecionados dois projetos esportivos, a Taça das Favelas Goiás e o Atleta do Futuro, com investimentos de mais de R\$1 milhão.

Promoção social

Como evolução do papel social do Grupo Equatorial, em julho de 2024, em comemoração aos 20 anos do Grupo, foi lançado oficialmente o Instituto Equatorial. O Instituto Equatorial é legado do grupo que tem como missão contribuir para redução das desigualdades sociais nos territórios onde atuamos, adaptando soluções às realidades locais e fortalecendo parcerias entre comunidades e os diferentes setores. O Instituto atua com parcerias estratégicas aliadas à sustentabilidade, conectando setores para ampliar o impacto positivo nas comunidades, promovendo integração entre desenvolvimento social e econômico, considerando a equidade e a inclusão como pilares fundamentais para o bem-estar coletivo.

De acordo com o Presidente do Instituto Equatorial, Maurício Velloso, “os investimentos feitos inicialmente por Leis de Incentivo, nos mostraram o potencial transformador que poderíamos alcançar. Assim criamos uma estrutura própria e dedicada para coordenar nosso investimento social. Queremos que o Instituto Equatorial seja um catalizador de mudanças positivas. Temos como Missão Fomentar iniciativas que contribuam para a Educação, Cultura, Esporte, Desenvolvimento Local, Geração de Renda, Capacitação e Empregabilidade, com foco especial nos grupos mais vulneráveis. Assim, damos um passo significativo rumo a um futuro mais inclusivo e sustentável”.

Neste sentido, reforçando o compromisso do Grupo Equatorial em promover impacto social, econômico e ambiental, em 2024 o Instituto Equatorial realizou o Edital Diálogos, o programa está investindo R\$ 3 milhões em projetos sociais liderados por Organizações da Sociedade Civil (OSC's) de base comunitária, e cada iniciativa aprovada poderá receber até R\$ 20 mil para execução. O edital contou com 434 inscrições e ao todo foram selecionados 152 projetos, abrangendo iniciativas nos estados de Goiás, Piauí, Maranhão, Alagoas, Amapá, Pará e Rio Grande do Sul. Os projetos selecionados são de atuação nas áreas de educação; empregabilidade e geração de renda; empreendedorismo; sustentabilidade e biodiversidade. Para Goiás foram selecionados 19 projetos e serão executados nos seguintes municípios: Goiânia, Monte Alegre de Goiás, Valparaíso de Goiás, Uruaçu, Itaberaí, Itaguari, Heitoraí, Jandaia, Mineiros, Luziânia, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas, Caiapônia, Alexânia, Cachoeira Dourada e Corumbá de Goiás.

Também em comemoração aos 20 anos do Grupo Equatorial, retomamos e expandimos o Programa E+ Energia Voluntária, pois acreditamos que é hora de renovar nosso compromisso com a responsabilidade social, fortalecer o impacto positivo nas comunidades em que atuamos e o sentimento de pertencimento dos nossos colaboradores e parceiros. O Grupo Equatorial incentiva e valoriza o trabalho voluntário como uma potente ferramenta de mudança na sociedade e no crescimento individual, nos comprometendo com a promoção e divulgação de ações significativas de voluntariado, capazes de provocar mudanças positivas em todos que de alguma forma estejam envolvidos. Destacamos a importância de garantir que as atividades de voluntariado estejam em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



conformidade com os princípios do Grupo e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2024 a Equatorial Goiás liderou ações de voluntariado, dentre elas, destacam-se o Arraial Solidário em que foram arrecadados 2.160 litros de água mineral que foram destinados a famílias impactadas com as enchentes do Rio Grande do Sul. Ainda na campanha Juntos pelo Rio Grande do Sul conseguimos arrecadar 2.485 itens, a exemplo de roupas, materiais de higiene e limpeza, calçados e alimentos.

Em novembro foi realizada a corrida solidária da Equatorial Goiás em que foram arrecadados 434kg de alimentos, estes alimentos foram doados para a Campanha Natal sem Fome da Legião da Boa Vontade (LBV) Goiás. E, para fechar o ano, realizamos a Campanha Adote uma Cartinha, em que adotamos 202 cartinhas da Campanha Papai Noel dos Correios e nossos colaboradores contribuíram com a doação de brinquedos.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

No exercício de 2024 a receita líquida sem a receita de construção atingiu R\$ 8.731 milhões, refletindo um crescimento de 19,3% em relação ao ano anterior.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 6,697 bilhões.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA apresentou um crescimento de 117% em relação ao ano anterior, alcançando a marca de R\$ 2.033 milhões.

Resultado financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido apresentou um saldo negativo de R\$ 1.423 milhões, contra R\$ 1.480 milhões negativo registrado em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na Equatorial Goiás, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada pelo prejuízo fiscal. No 4T24, não houve despesas de IRPJ e CSLL, no entanto, houve a constituição no resultado de despesa de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 56 milhões referente a autoregularização e de (R\$ 50 milhões) referente a atualização dos efeitos da exclusão do indébito tributário, gerando o efeito no resultado de R\$ 6 milhões. Adicionalmente, houve a constituição no resultado do valor de R\$ 434 milhões de IRPJ e CSLL diferidos, impactado, principalmente, pela atualização dos efeitos da exclusão do indébito tributário no valor de 356,8 milhões.

Em 2024, a despesa apurada de IRPJ e CSLL foi de R\$ 427.986 milhões, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e a utilização de créditos fiscais, com uma redução de 6% em relação a 2023 que atingiu R\$ 452.973 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Lucro Líquido

Em 2024, a Equatorial Goiás apresentou um lucro de R\$ 357 milhões em comparação ao saldo negativo de R\$ 614 milhões registrado em 2023.

Endividamento

No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu o montante de R\$ 12.143 milhões. Em relação ao fechamento de 2023, o perfil da dívida da Equatorial Goiás apresenta aumento no prazo médio principalmente em função dos resgates antecipados da 2ª emissão de debêntures, com recursos das emissões de debêntures e empréstimos bilaterais realizados ao longo do ano.

Investimentos

ADIÇÃO POR TIPO DE INVESTIMENTO	2020	2021	2022	2023	2024
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS	80	117	144	236	197
EXPANSÃO E MELHORIA DE REDE	636	910	1.026	1.502	1.613
MANUTENÇÃO DE REDE	386	766	851	255	306
OUTROS INVESTIMENTOS	18	12	52	82	8
TOTAL	1.120	1.805	2.073	2.075	2.125
PLPT	102	300	32	-	-
TOTAL GERAL	1.221	2.105	2.105	2.075	2.125

Investimentos próprios

Os investimentos da Equatorial Goiás, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$2.125 bilhões em 2024, aumento de R\$50MM em relação a 2023. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição e melhoria da percepção do cliente, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2023, os Diretores da Companhia Srs. Lener Silva Jayme, Diretor-Presidente; André Luiz Barata Pessoa, Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores; José Silva Sobral Neto, Diretor Jurídico; Fernanda Verzenhassi Sacchi, Diretor de Pessoas e Organização; Humberto Luiz Queiroz Nogueira, Diretor de Compras e Agnelo Coelho Neto, Diretor de Engenharia e Construção declararam que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

André Luiz Barata

Diretor

José Silva Sobral Neto

Diretor

Humberto Luiz Queiroz Nogueira

Diretor

Agnelo Coelho Neto

Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi

Diretor

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Jr.

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Lopes Freixo Filho

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

Bruno Pinheiro Macedo Couto

Superintendente de Ativos e Contabilidade

Contador

CRC MA011842-O-3 S-GO

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	13

Notas explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL	14
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	16
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
4 ASSUNTOS REGULATÓRIOS	36
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	39
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	39
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	40
8 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS.....	41
9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	43
10 PARTES RELACIONADAS.....	44
11 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	46
12 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	48
13 INTANGÍVEL.....	48
14 ATIVOS DE CONTRATO.....	51
15 FORNECEDORES	52
16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	53
17 DEBÊNTURES	55
18 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	57
19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	58
20 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	60
21 PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	66
22 OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	68
23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68
24 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	74
25 CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	75
26 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA.....	76
27 RESULTADO FINANCEIRO	77
28 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	77
29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	83
30 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	96
31 COMPROMISSOS FUTUROS.....	97

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber "Créditos especiais - Funac", no montante de R\$ 782.051 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Companhia, relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da Companhia para a Eletrobras que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002.

A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 449.292 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Teste de recuperabilidade de ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, o montante de R\$ 2.650.350 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos deferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**Notas Explicativas**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.029	431.981	Fornecedores	15	1.319.892	1.500.687
Aplicações financeiras	6	1.132.207	830.815	Fornecedores - risco sacado	15.1	49.273	55.991
Contas a receber de clientes	7	1.865.034	1.900.114	Empréstimos e financiamentos	16	26.378	11.977
Serviços pedidos		93.496	126.315	Debêntures	17	237.272	360.244
Almoxarifado		14.890	24.322	Instrumentos financeiros derivativos	29.4	814	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	738.509	969.072	Passivo de arrendamento		959	6.238
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		135.524	80.868	Impostos e contribuições a recolher	18	161.386	103.290
Outros créditos a receber	11	315.728	337.846	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		83.278	74.649
Total do ativo circulante		4.380.417	4.701.333	Encargos setoriais		61.997	108.946
Não circulante				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	375.315	146.117
Aplicações financeiras	6	27.506	27.846	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	21	204.611	728.972
Contas a receber de clientes	7	65.247	53.484	Contribuição de iluminação pública		57.451	52.484
Serviços pedidos		65.889	15.277	Benefício pós-emprego	28	2.437	2.485
Impostos e contribuições a recuperar	9	1.682.816	1.740.348	Outras contas a pagar	22	587.392	313.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.249.542	1.776.447	Total do passivo circulante		3.168.455	3.465.731
Depósitos vinculados	20	170.708	162.106	Não circulante			
Outros créditos a receber	11	749.004	827.647	Fornecedores	15	58.012	174.037
Ativo financeiro da concessão	12	1.925.201	1.397.260	Empréstimos e financiamentos	16	636.958	37.966
Intangível	13	10.711.704	10.014.098	Debêntures	17	11.242.780	9.545.531
Ativos de contrato	14	1.747.377	1.589.097	Instrumentos financeiros derivativos	29.4	131.746	-
Direito de uso		3.643	6.702	Passivo de arrendamento		2.872	1.079
Total do ativo não circulante		19.398.637	17.610.312	Impostos e contribuições a recolher	18	38.695	3.446
				Encargos setoriais		106.209	64.817
				Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	85.376	431.761
				Provisão para riscos judiciais	20	1.708.394	2.048.712
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	21	1.537.807	1.795.557
				Benefício pós-emprego	28	151.121	159.084
				Outras contas a pagar	22	73.068	43.865
				Total do passivo não circulante		15.773.038	14.305.855
				Patrimônio líquido			
				Capital social	23.1	5.664.952	5.664.952
				Ajuste de avaliação patrimonial		(24.077)	37.601
				Reserva de reavaliação	23.2	34.229	44.166
				Reserva de capital		3.511.744	3.509.456
				Prejuízos acumulados	23.3	(4.349.287)	(4.716.116)
				Total do patrimônio líquido		4.837.561	4.540.059
Total do ativo		23.779.054	22.311.645	Total do passivo e patrimônio líquido		23.779.054	22.311.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**Notas Explicativas****Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	24	10.855.406	9.213.201
Energia elétrica comprada para revenda	26	(5.190.963)	(4.611.426)
Custo de construção		(2.124.537)	(1.899.604)
Custo da operação		(1.428.503)	(1.002.415)
Custos de energia elétrica, construção e operação	25	(8.744.003)	(7.513.445)
Lucro bruto		2.111.403	1.699.756
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(78.464)	(140.698)
Despesas gerais e administrativas	25	(494.902)	(980.333)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	25	(64.249)	45.619
Outras despesas operacionais, líquidas	25.1	(122.183)	(211.405)
Total de despesas operacionais		(759.798)	(1.286.817)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		1.351.605	412.939
Receitas financeiras	27	533.697	361.664
Despesas financeiras	27	(1.956.398)	(1.841.523)
Resultado financeiro		(1.422.701)	(1.479.859)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		(71.096)	(1.066.920)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(6.054)	16.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	434.042	436.345
		427.988	452.973
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		356.892	(613.947)
Prejuízo por ação básica e diluído - R\$			
Ação ordinária		1.26080	(2.16891)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		283.067	283.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explanatórias Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	356.892	(613.947)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(9.937)	(11.752)
Resultados de benefícios pós-emprego e hedge accounting, líquido de tributos diferidos	<u>(61.678)</u>	1.832
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>(71.615)</u>	(9.920)
Total resultados abrangentes	<u>285.277</u>	<u>(623.867)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**Notas Explicativas****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Notas	5.664.952	3.507.653	55.918	35.769	(4.113.921)	5.150.371
Resultado abrangente do exercício							
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos		-	-	(11.752)	-	11.752	-
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		-	-	-	1.832	-	1.832
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>		-	1.803	-	-	-	1.803
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(613.947)	(613.947)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.664.952	3.509.456	44.166	37.601	(4.716.116)	4.540.059
Resultado abrangente do exercício							
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	23.4.1	-	2.288	-	-	-	2.288
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos	23.2	-	-	(9.937)	-	9.937	-
Resultados de benefícios pós-emprego e <i>hedge accounting</i> , líquido de tributos diferidos	28.3	-	-	-	(61.678)	-	(61.678)
Lucro do exercício		-	-	-	-	356.892	356.892
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.664.952	3.511.744	34.229	(24.077)	(4.349.287)	4.837.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.**Notas Explicativas**
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	356.892	(613.947)
Ajustes para:		
Amortização	682.216	522.760
Baixa de intangível, financeiro e contratual	31.901	81.774
Atualização do ativo financeiro e contratual	(75.084)	(28.226)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	1.445.497	1.210.570
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	64.249	(45.619)
Baixa de recebíveis incobráveis	5.759	35.122
Perdas com instrumentos derivativos	(41.516)	13.166
Ajuste a valor presente	11.239	24.675
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	20.088	366.557
Provisão e atualização de encargos setoriais	93.129	87.270
Provisão e atualização para riscos judiciais e depósitos vinculados	53.876	481.858
Rendimentos de aplicações financeiras	(146.389)	(110.767)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(896.282)	(257.475)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(434.042)	(436.345)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.054	(16.628)
Valor justo das opções de compra	5.330	2.588
Plano de aposentadoria e pensão	17.937	17.600
Encargos de geração distribuída	4.976	-
PIS/COFINS a serem restituídos aos consumidores	(201.249)	(35.855)
	1.004.581	1.299.078
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(30.269)	(130.515)
Serviços pedidos	(17.793)	(77.808)
Depósitos vinculados	(6.757)	(11.771)
Almoxarifado	9.432	(2.914)
Impostos e contribuições a recuperar	(56.994)	84.544
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(54.656)	(40.453)
Outros créditos a receber	79.339	(213.081)
Fornecedores	(407.612)	26.190
Fornecedores - risco sacado	(6.718)	(45.673)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(117.321)	(106.440)
Impostos e contribuições a recolher	697.771	565.930
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(6.054)	(38.383)
Benefícios pós-emprego	(16.919)	(15.777)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	3.212	23.622
Encargos setoriais	(98.686)	(50.780)
Provisão para riscos judiciais	(419.634)	(239.980)
Contribuição de iluminação pública	4.967	(5.997)
Outras contas a pagar	294.926	94.950
	(149.766)	(184.336)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		
Rendimentos de aplicações financeiras	146.389	110.767
Juros pagos	(1.284.376)	(995.025)
	(283.172)	230.484
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(1.788.614)	(1.637.565)
Aplicações financeiras	(301.052)	(847.828)
	(2.089.666)	(2.485.393)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	563.600	260.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.530)	(7.084.053)
Captação de debêntures	7.076.938	10.848.826
Amortização de debêntures	(5.593.658)	(1.406.342)
Amortização do passivo de arrendamento	(6.464)	(14.995)
	2.025.886	2.603.436
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(346.952)	348.527
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	431.981	83.454
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	85.029	431.981
	(346.952)	348.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	13.272.178	11.241.255
Receitas de construção	2.124.537	1.899.604
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	(64.249)	45.619
	15.332.466	13.186.478
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(7.315.500)	(6.511.030)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.238.498)	(1.277.092)
Outras despesas	(127.234)	(453.670)
	(8.681.232)	(8.241.792)
Valor adicionado bruto	6.651.234	4.944.686
Amortização	(682.216)	(522.760)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	5.969.018	4.421.926
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	550.442	378.642
	550.442	378.642
Valor adicionado total a distribuir	6.519.460	4.800.568
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	71.974	99.637
Benefícios	23.575	26.654
FGTS	28.051	16.596
	123.600	142.887
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.241.017	1.964.730
Estaduais	1.838.897	1.466.693
Municipais	473	1.387
	4.080.387	3.432.810
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.456.852	1.281.450
Aluguéis	2.183	(2.705)
Outros	499.546	560.073
	1.958.581	1.838.818
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	356.892	(613.947)
	356.892	(613.947)
Valor adicionado	6.519.460	4.800.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (atual razão social da antiga CELG Distribuição S.A.) (Companhia ou Equatorial Goiás) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “B”. Domiciliada no Brasil, com sede na Rua 2, 505, Bairro Jardim Goiás, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final, a Equatorial S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de energia elétrica no segmento de distribuição que abrange o Estado de Goiás com 340.243 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 3.436.239(*) consumidores em 237 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(* referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação. Não auditado.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015, abrangendo uma área de 237 municípios.

O 8º Termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL, celebrado em 23 de fevereiro de 2023, formalizou a transferência de controle social da CELG Distribuição S.A. - CELG D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, apresentou lucro de R\$ 356.892 (prejuízo de R\$ 613.947 em 31 de dezembro de 2023), prejuízo acumulado de R\$ 4.349.287 (R\$ 4.716.116 em 31 de dezembro de 2023), capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 1.211.962 (R\$ 1.235.602 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia vem revertendo este cenário com planos de reavaliação de contratos (curto e médio prazo), renegociando com fornecedores para equilíbrio de preços no padrão de gestão da Equatorial, revisão de procedimentos e processos para ganho de eficiência com as demais empresas do Grupo, além de uma política de alongamento de pagamentos e renegociação de débitos anteriores. O resultado antes do resultado financeiro e impostos nesse exercício apresentou lucro superior aos comparativos de anos anteriores, motivado principalmente pelo aumento de volume de venda de energia faturada (16.613 GWh em 2024 e 15.684 GWh em 2023) e reposicionamento tarifário ao fim de 2024, além de uma forte cultura de redução das despesas operacionais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o referido resultado foi de R\$ 1.351.605 (R\$ 412.939 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

O fluxo de caixa operacional foi negativo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 283.172 (positivo em R\$ 230.484 em 31 de dezembro de 2023), principalmente em decorrência do pagamento de juros de dívida, que tem por finalidade o financiamento dos investimentos em ligação de clientes, expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- Atuação no plano de melhoria e expansão da rede, que se iniciou em 2023, manteve-se ao longo do ano de 2024 e continuará sendo realizado em 2025, com o objetivo de realizar investimentos que melhorem a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica aos clientes e atendam as necessidades de expansão do sistema elétrico do Estado de Goiás. Os investimentos visam atender aos pedidos dos clientes, garantir aumento de receita e reduzir os indicadores coletivos de continuidade do sistema elétrico, e por conseguinte, dos desembolsos por penalidades de descontinuidade do sistema elétrico;
- Priorização dos investimentos de autoconstrução (pedidos de clientes) com foco em zerar os passivos de solicitações e atendimento dos entrantes no prazo regulatório estabelecido. Esta ação expande o mercado, incrementa receita e reduz penalidades por descumprimento de prazo para atendimento ao consumidor;
- Finalização da virada dos contratos comerciais e técnicos dos principais fornecedores para o modelo de âncora (redução do número de fornecedores para a mesma atividade). Neste modelo, além de tornar mais eficiente a operação terceirizada em grandes *players* do mercado (e que já trabalham em outras concessões do grupo), garantirá ganhos de escala com renegociação de preços e com medição qualitativa e quantitativa de produtividade. Esta ação garantirá melhor controle nos gastos realizados e melhor produtividade da mão de obra terceirizada; e
- Atuação em planos de ações de combate as perdas e de ações de cobrança (cortes), buscando maximizar a receita, recuperar créditos e aumentar o caixa da Companhia.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Indicadores de continuidade de fornecimento

Por meio do Despacho nº 3.498, de 06 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou o Plano de Transferência do controle da concessão de Goiás para a Equatorial Participações e Investimentos S.A., como alternativa à extinção da concessão, observado o afastamento do art. 9º do Anexo VIII da REN nº 948, de 2021, pelo período de 3 (três) anos (2023, 2024 e 2025), exclusivamente quanto à abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão em caso de eventual descumprimento do DEC ou do FEC ou do critério de eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira.

O afastamento da caducidade, pelo período previsto no despacho, foi incorporado ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000-ANEEL pelo seu Oitavo Termo Aditivo, de 23 de fevereiro de 2023. Por meio deste, alterou-se a redação da Cláusula Terceira, Subcláusula Décima Quarta e estabeleceu o ano de 2026 como marco inicial para verificação da inadimplência da distribuidora com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira, para fins de abertura de processo de caducidade.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração, ciente de suas obrigações, instaurou o Plano de 100 dias, a contar da data de aquisição, que teve como objetivo o aprofundamento das análises e elaboração de ações estruturantes para a situação operacional da concessão. Considera-se assim que houve um adequado planejamento para o atingimento dos limites regulatórios que foram, inclusive, pauta no calendário da Revisão Tarifária Periódica de 2023, cujo processo junto à ANEEL foi finalizado em 17 de outubro de 2023, quando foram definidos os novos limites globais para o DEC e FEC da concessão e que já começaram a vigorar em 2024.

Conforme consta na Nota Técnica nº 98/2023-STD/ANEEL, de 06 de outubro de 2023, emitida no âmbito do processo de revisão da Companhia, os limites globais vigentes para o ano de 2024 foram: DEC: 11,43 horas e FEC: 7,73 vezes. Os índices atingidos em 2024 para DEC e FEC foram, respectivamente, 15,91 e 7,61. Considerando o desafio existente, a Companhia, com objetivo de melhorar a qualidade do fornecimento e aproximar-se dos limites definidos pela ANEEL, criou um planejamento robusto, composto por inúmeras obras e ações de manutenção.

Frisa-se ainda que o referido plano de ação tem sido acompanhado pela ANEEL, por meio do Plano de Resultados instaurado para o ciclo 2024-2028, cujo objetivo é garantir a melhoria substancial dos conjuntos elétricos. Os resultados obtidos para o Plano de Resultados mostram-se promissores, dado que a Companhia tem aumentado a quantidade dos conjuntos dentro dos limites regulatórios.

1.4 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Notas Explanatórias Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas	Descrição
Geração distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	12	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	13	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	14	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	19.1	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégia de planejamento fiscal futura.
Provisão para riscos judiciais	20	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamentos baseados em ações	23.4	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	24	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	28	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros e Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	29	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Notas Explicativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações financeiras. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29.3 - Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.17 - Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1 Receita operacional

3.1.1 Reconhecimento de receita operacional

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir:

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, especificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica

A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia.

(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis

A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

O Contrato de Concessão, celebrado entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcada estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcada remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja resarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.4 Ativos intangíveis

3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.4.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido ‘do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.6 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 2º (IFRS 23) (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9 Benefícios pós emprego

3.9.1 Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro.

3.9.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9.4 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia.

A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

3.10 Capital social

3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.11 Instrumentos financeiros

3.11.1 Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

3.11.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.11.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.11.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

(a) Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 29.5.c - Risco de mercado.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

3.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.12.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa n° 29.5.g - Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.12.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), avaliando o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações anuais.

A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 29.5.a - Risco de crédito. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12.3 Ativos não financeiros

A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 13.2 - Avaliação de *Impairment*.

3.13 Ajuste a valor presente (AVP)

3.13.1 Parcelamentos de contas a receber

A Companhia utiliza 9,91%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a valor presente.

3.13.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.14 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

3.15 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.17 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.17.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

3.17.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então.

Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Sobrecontratação de energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 904/2020, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 105,31% em 31 de dezembro de 2024 (104,49% em 31 de dezembro de 2023). A sobrecontratação acima de 105,00% pode gerar perda financeira. Considerando a sobrecontratação involuntária, a cobertura contratual ficou abaixo de 105%, dentro do nível regulatório, portanto.

4.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024

O reajuste e as revisões são mecanismos pelos quais as tarifas de energia elétrica podem ser alteradas. Estão previstos nos contratos de concessão e permitem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, conforme Lei 8987/1995.

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de “aniversário” do contrato de concessão

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes do Resolução Homologatória ANEEL nº 3.407 de 15 de outubro de 2024, foram reajustadas, em média, 4,33%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

4.4 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** - Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2022 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)			PEE (% da ROL)			
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,20	0,10	0,28 a 0,40	até 0,12	0,10

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.5 Marco Legal - Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

A Companhia possui em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor, calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia da Companhia.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	27.862	30.430
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	48.944	400.570
Operações compromissadas	8.088	850
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	130	117
Certificado de Depósito Bancário - CDB	5	14
Subtotal de equivalentes de caixa	57.167	401.551
Total	85.029	431.981

- a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 99,44% do CDI (102,23% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6 Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	1.107.090	799.502
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	19.865	30.817
Letra financeira	64	170
Títulos públicos	841	291
Fundo aberto (c)	4.347	35
Total circulante	1.132.207	830.815
Não Circulante		
Recurso vinculado (d)	27.506	27.846
Total não circulante	27.506	27.846
Total	1.159.713	858.661

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures e CDBs, de acordo com a norma de aplicações da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos (limite máximo de 10% do patrimônio líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15.1 - Fornecedores - Risco sacado;
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale 100,39% do CDI (104,62% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição dos saldos

	2024				2023			
	A vencer	Vencidos			A vencer	Vencidos		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	364.183	257.339	202.687	824.209	358.875	233.166	170.121	762.162
Industrial	15.537	8.845	23.038	47.420	17.200	10.003	52.516	79.719
Comercial	91.996	50.049	63.018	205.063	93.995	49.593	71.568	215.156
Rural	53.862	44.569	43.660	142.091	60.010	41.771	44.915	146.696
Poder público	30.291	12.320	8.806	51.417	33.608	17.233	27.082	77.923
Iluminação pública	31.923	4.339	28.390	64.652	25.665	3.497	31.839	61.001
Serviço público	23.007	3.097	1.655	27.759	23.750	780	8.383	32.913
Contas a receber de consumidores faturados	610.799	380.558	371.254	1.362.611	613.103	356.043	406.424	1.375.570
Residencial	43.363	9.294	88.535	141.192	60.727	9.937	86.101	156.765
Industrial	5.787	2.799	4.217	12.803	6.942	1.369	5.637	13.948
Comercial	23.478	2.707	30.037	56.222	34.433	3.020	39.732	77.185
Rural	10.448	2.003	13.399	25.850	9.615	2.822	13.535	25.972
Poder público	45.499	3.375	44.201	93.075	41.893	4.643	61.210	107.746
Iluminação pública	51.226	2.610	7.159	60.995	43.781	1.111	13.902	58.794
Serviço público	1.059	129	267	1.455	1.089	28	529	1.646
Parcelamentos (a)	180.860	22.917	187.815	391.592	198.480	22.930	220.646	442.056
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	449.292	-	-	449.292	480.168	-	-	480.168
Baixa renda (c)	32.801	-	-	32.801	28.511	-	-	28.511
Outras	38.103	4.498	20.687	63.288	11.082	3.621	24.578	39.281
Subtotal	1.311.855	407.973	579.756	2.299.584	1.331.344	382.594	651.648	2.365.586
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(30.633)	(17.182)	(321.488)	(369.303)	(39.342)	(18.632)	(354.014)	(411.988)
Total contas a receber de clientes	1.281.222	390.791	258.268	1.930.281	1.292.002	363.962	297.634	1.953.598
Circulante				1.865.034				1.900.114
Não circulante				65.247				53.484

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 30.063 (R\$ 21.556 em 31 de dezembro de 2023), resultando no reconhecimento de R\$ 8.507 no resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões/ Reversões (a)	Baixas (b)	2024	
				2022	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(187.119)	(64.517)	82.005		(169.631)
Parcelamentos	(209.432)	21.368	-		(188.064)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.020)	791	-		(2.229)
Outros	(12.417)	3.038	-		(9.379)
Total	(411.988)	(39.320)	82.005		(369.303)
Contas a receber de consumidores faturados	(237.256)	15.015	35.122		(187.119)
Parcelamentos	(139.784)	(69.648)	-		(209.432)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.451)	431	-		(3.020)
Outros	(11.124)	(1.293)	-		(12.417)
Total	(391.615)	(55.495)	35.122		(411.988)

- (a) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão, no montante de R\$ 39.320, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 25 - Custos do serviço e despesas operacionais; e
- (b) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2024
Parcela A							
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(22.798)	(68.726)	79.994	2.320	-	-	(9.210)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(18.830)	560	12.893	(1.625)	-	-	(7.002)
Rede básica	129.966	(33.084)	(1.606)	11.719	-	-	106.995
Compra de energia CVA (b)	(415.302)	240.319	16.475	(41.757)	-	-	(200.265)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	34.362	(11.529)	39.671	5.642	-	-	68.146
Transp. Itaipu	19.949	(12.988)	(2.076)	1.652	-	-	6.537
	(272.653)	114.552	145.351	(22.049)	-	-	(34.799)
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia	90.670	27.591	(43.561)	1.792	-	-	76.492
Neutralidade (d)	(123.467)	145.191	(201.865)	(12.293)	-	-	(192.434)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(56.089)	(66.347)	54.481	(1.499)	-	-	(69.454)
Risco hidrológico (e)	(299.511)	5.764	(24.803)	(15.965)	-	-	(334.515)
CDE Modicidade tarifária (f)	(31.088)	47.638	(5.383)	(5.041)	(47.638)	-	(41.512)
Compensação créditos PIS/COFINS - Nota explicativa nº 21	-	-	863.510	6.882	-	(775.883)	94.509
Outros (g)	114.260	124.858	(244.896)	2.374	44.426	-	41.022
	(305.225)	284.695	397.483	(23.750)	(3.212)	(775.883)	(425.892)
Total	(577.878)	399.247	542.834	(45.799)	(3.212)	(775.883)	(460.691)
Circulante							
Valores a receber	580.881						751.812
Valores a devolver	(726.998)						(1.127.127)
Efeito líquido ativo (passivo)	(146.117)						(375.315)
Não circulante							
Valores a receber	98.835						261.641
Valores a devolver	(530.596)						(347.017)
Efeito líquido (passivo)	(431.761)						(85.376)
Efeito líquido total	(577.878)						(460.691)

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2023
Parcela A							
CDE - conta de desenvolvimento energético	242.214	(47.346)	(228.047)	10.381	-	-	(22.798)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	45.241	(22.904)	(41.478)	311	-	-	(18.830)
Rede básica	74.306	100.490	(56.181)	11.351	-	-	129.966
Compra de energia CVA	(115.281)	(433.362)	170.812	(37.471)	-	-	(415.302)
ESS - encargos do serviço do sistema	47.498	1.249	(17.122)	2.737	-	-	34.362
Transp. Itaipu	9.723	18.417	(9.768)	1.577	-	-	19.949
	<u>303.701</u>	<u>(383.456)</u>	<u>(181.784)</u>	<u>(11.114)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(272.653)</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia	43.608	119.894	(79.469)	6.637	-	-	90.670
Neutralidade	(35.987)	(75.529)	(5.623)	(6.328)	-	-	(123.467)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(46.814)	(64.121)	55.853	(1.007)	-	-	(56.089)
Risco hidrológico	(321.670)	-	40.865	(18.706)	-	-	(299.511)
Empréstimos escassez hídrica	(68.972)	-	62.243	6.729	-	-	-
CDE Modicidade tarifária	(156.353)	26.790	124.665	(3.815)	(22.375)	-	(31.088)
Compensação créditos PIS/COFINS	-	-	654.194	50.195	-	(704.389)	-
(-) Repasses da Conta-Covid - Parcela A	(3.594)	(3.430)	4.459	-	-	-	(2.565)
Outros	178.739	255.133	(262.065)	(53.735)	(1.247)	-	116.825
	<u>(411.043)</u>	<u>258.737</u>	<u>595.122</u>	<u>(20.030)</u>	<u>(23.622)</u>	<u>(704.389)</u>	<u>(305.225)</u>
Total	<u>(107.342)</u>	<u>(124.719)</u>	<u>413.338</u>	<u>(31.144)</u>	<u>(23.622)</u>	<u>(704.389)</u>	<u>(577.878)</u>
Circulante							
Valores a receber	632.890					580.881	
Valores a devolver	(485.792)					(726.998)	
Efeito líquido ativo (passivo)	147.098					(146.117)	
Não circulante							
Valores a receber	162.593					98.835	
Valores a devolver	(417.033)					(530.596)	
Efeito líquido (passivo)	(254.440)					(431.761)	
Efeito líquido total	<u>(107.342)</u>					<u>(577.878)</u>	

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 5.136, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez, com impacto em constituição passiva na CVA, e R\$ 63.590 referente ao efeito negativo do processo tarifário, totalizando um movimento de constituição no exercício de R\$ 68.726; (ii) o impacto da amortização positiva para o exercício foi de R\$ 79.994, sendo que R\$ 65.019 se refere ao efeito positivo do processo tarifário;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa de R\$ 272.264, constituições negativas de R\$ 394.303 referente aos custos com os contratos de Energia Leilão, cuja realização foi menor em relação à cobertura tarifária e efeito positivo do processo tarifário de R\$ 362.358, totalizando um movimento de constituição ativa de R\$ 240.319 no exercício; e (ii) o impacto da amortização positiva para o exercício foi positivo de R\$ 16.475, sendo que R\$ 351.782 se refere ao efeito negativo do processo tarifário;
- (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 45.335, sendo que R\$ 56.864 se refere ao efeito negativo do processo tarifário, totalizando uma constituição negativa de 11.529. O total de amortização foi de 16.863 negativo, tendo um impacto de R\$ 56.534 referente ao efeito positivo do processo tarifário, totalizando uma amortização positiva para o exercício de R\$ 39.671;
- (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para o exercício foi constituído o montante positivo de R\$ 145.191, sendo que R\$ 217.095 se refere ao efeito positivo do processo tarifário. O impacto da amortização negativa para o período foi de R\$ 201.865, sendo que R\$ 234.387 se refere ao efeito negativo do processo tarifário;
- (e) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. O impacto da amortização negativa para o período foi de R\$ 24.803, sendo que R\$ 3.599 se refere ao efeito negativo do processo tarifário;
- (f) Refere-se ao valor aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE. Houve amortização negativa no período de R\$ 5.383, sendo que R\$ 47.293 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; e
- (g) O saldo total de amortização foi afetado principalmente pelas amortizações da quitação da Conta COVID, com valor negativo em R\$ 138.933, pela Recomposição Itaipú, com valor negativo de R\$ 79.028, e pela Neutralidade COVID, com valor negativo de R\$ 27.065. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 130 e incluem financeiros como Reversão de Créditos Associados a REN 376 e 414, penalidade e universalização, Encargos CDE COVID e Escassez hídrica, entre outros. Constituição positiva no fluxo de caixa, pois representa um planejamento financeiro para o cumprimento de uma obrigação regulatória, conforme a Resolução Homologatória nº 3.407, de 15 de outubro de 2024. Esta obrigação consiste em cotas mensais de R\$ 3.809.793,24, a serem recolhidas à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBPar, durante os próximos doze meses. Ao reconhecer essa obrigação, a Companhia se prepara para o pagamento futuro, o que, embora implique uma saída de caixa, é considerado um ativo em termos de compromisso regulatório e gestão financeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 286.297 (R\$ 33.395 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 166.755 (R\$ 51 negativos em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 120.172 (R\$ 33.546 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela CCEE.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar	127.697	117.526
PIS e COFINS	7.894	7.924
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	602.118	842.828
Outros	800	794
Total circulante	738.509	969.072
 ICMS a recuperar	 140.216	 99.597
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.542.600	1.640.751
Total não circulante	1.682.816	1.740.348
 Totais impostos e contribuições a recuperar	2.421.325	2.709.420

- (a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 2.144.718 (R\$ 2.483.579 em 31 de dezembro de 2023), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acordão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, a variação no saldo de longo prazo, refere-se principalmente à atualização da taxa SELIC, conforme nota explicativa nº 21 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, conforme descritas abaixo:

	Notas	2024		2023	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas					
Outras contas a receber - (bens materiais)					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	36	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	198	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	1.162	-	-	-
Total		1.198	-	198	-
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5.238	8.315	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	7.422	11.199	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.729	3.074	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.504	3.996	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	2.489	4.289	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	586	1.023	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	46	68	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	44	66	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	55	82	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	203	300	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	48	72	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	49	73	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	94	140	-	-
Total		20.507	32.697	-	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(5.570)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(731)	-	(2.811)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(143)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	-	-	(9)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(c)	(518)	-	(255)	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(11.671)	(37.845)	(3.206)	(3.206)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(1.134)	(12.981)	(2.508)	(3.350)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	(236)	(2.017)	(201)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	(211)	(1.964)	(183)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	(308)	(2.891)	(279)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	(555)	(5.146)	(477)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	(159)	(2.125)	(221)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	(318)	(2.955)	(275)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(f)	-	-	(176)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	(286)	(3.311)	(317)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(f)	-	-	(197)	-
Total		(16.127)	(71.235)	(16.828)	(6.556)
Outros contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(10.369)	(22.249)	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(4.936)	(9.096)	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(2.503)	(4.674)	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(1.431)	(2.719)	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	(2.565)	(3.872)	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	(593)	(1.070)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(17)	(21)	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(27)	(34)	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(9)	(13)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(309)	(521)	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(14)	(18)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(5)	(9)	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(41)	(51)	-	-
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(g)	(58.045)	(97.053)	(23.521)	(33.266)
		(80.864)	(141.400)	(23.521)	(33.266)
Mútuos					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(h)	-	-	-	(489)
		-	-	-	(489)

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (b) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (c) Os valores são provenientes de compra de bens materiais;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) O valor é referente a contratação de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (f) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (g) Em 19 de julho de 2023, foi assinado o 1º Aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (h) Em 06 de janeiro 2023, foi liberado recurso do Instrumento particular de mútuo, entre Equatorial S.A. e a Companhia, no montante de R\$ 25.000 ao custo de CDI + 1,50% a.a., com vencimento final em 27 de fevereiro de 2023, o qual o pagamento ocorreu no mesmo mês de liberação.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto Equatorial em agosto de 2024 no montante de R\$ 4.248.

10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.350, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024 (R\$ 5.398 conforme Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 28 - Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 23.4 - Planos de opção de compras de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	1.383	37%
Salário ou Pró-labore	1.335	36%
Benefícios diretos e indiretos	48	1%
Remuneração variável	983	26%
Remuneração baseada em ações	1.318	36%
Benefícios pós emprego	20	1%
Valor total da remuneração	3.704	100%

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora com ônus (*) nos empréstimos e nas emissões de debêntures e sem ônus, nas apólices de seguros e fianças, conforme abaixo listadas:

Garantias	Valor contratado	% do aval	Ínicio	Término	Valor liberado	2024 (a)
3ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	08/05/2023	15/04/2031	1.000.000	1.049.509
4ª Emissão Debêntures 2ª Série	480.000	100	27/10/2023	15/10/2031	480.000	513.042
4ª Emissão Debêntures 3ª Série	720.000	100	27/10/2023	15/10/2035	720.000	769.918
4ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.852.910	100	07/11/2023	15/10/2029	1.852.910	1.860.201
5ª Emissão Debêntures Série Única	2.005.522	100	03/04/2024	20/03/2030	2.005.522	2.063.807
6ª Emissão Debêntures 1ª Série	950.000	100	13/06/2024	15/05/2036	950.000	943.407
Bank of America	383.600	100	22/07/2024	22/07/2027	383.600	443.405
7ª Emissão Debêntures Série Unica	1.000.000	100	09/08/2024	05/08/2030	1.000.000	1.041.677
8ª Emissão Debêntures 1ª Série	1.392.150	100	08/10/2024	15/09/2030	1.392.150	1.429.098
8ª Emissão Debêntures 2ª Série	800.000	100	08/10/2024	15/09/2036	800.000	799.713
9ª Emissão Debêntures Série Única	1.000.000	100	29/11/2024	25/11/2031	1.000.000	1.009.680
Santander	180.000	100	29/11/2024	29/11/2027	180.000	181.828
Apólice Seguros	2.787.924	100	22/01/2020	17/01/2030	N/A	N/A
	<u>14.552.106</u>				<u>11.764.182</u>	<u>12.105.285</u>
Fianças						
Itaú	47.410	100	31/01/2018	Indeterminado	N/A	
Santander	2.900	100	26/07/2017	Indeterminado	N/A	
Total fianças	<u>50.310</u>					

(a) Os valores atualizados de empréstimos e debêntures, estão líquidos de custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

11 Outros créditos a receber

	2024	2023
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	15.580	26.266
Alienação de bens e direitos	2.653	2.662
Subvenção descontos tarifários (b)	133.623	52.424
Uso mútuo de poste	61.581	78.328
Incentivo à redução de consumo	4.838	4.838
Despesas pagas antecipadamente	695	864
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento (c)	35.691	30.337
Partes relacionadas	21.705	198
Neutralidade PIS/COFINS	6.411	18.944
Outros créditos a receber	51.480	167.723
(-) PECLD (d)	(18.529)	(44.738)
Total circulante	315.728	337.846
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (c)	442.196	521.875
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento (c)	304.164	302.520
Outros créditos a receber	2.644	3.252
Total não circulante	749.004	827.647
Total outros créditos a receber	1.064.732	1.165.493

- (a) Refere-se ao registro de adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e serviços não destinados a Ordens de Imobilização - ODI;
- (b) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. O subsídio tarifário CDE, referente à receita de desconto tarifário, apresentou um incremento devido ao aumento de mercado e ao reposicionamento da Parcela A nos processos de reajuste tarifário anual dos anos de 2023 e 2024, conforme as Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, e nº 3.407, de 15 de outubro de 2024.;
- (c) Os montantes de Créditos especiais FUNAC são subdivididos entre “Créditos especiais - FUNAC - Em Decisão Judicial” e “Créditos especiais - FUNAC - Aguardando Ressarcimento”. Na rubrica de “Créditos especiais - FUNAC - Em Decisão Judicial” estão incluídos os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos (trânsito em julgado) serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam resarcidos à Companhia, seja através de resarcimento via recebimento em caixa ou apropriação de crédito outorgado de ICMS e são transferidos para a rubrica de “Créditos especiais - Aguardando Ressarcimento”;
- (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, no qual R\$ 12.670 são decorrentes de uso mútuo de poste e R\$ 5.859 referente a outras contas a receber.

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação do saldo de Créditos Especiais - Ativo FUNAC

	2023			2024					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (c.1)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (c.2)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (c.3)	Saldo final	
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	1.154.836	18.195	(167.641)	-	-	-	-	1.005.390	
(-) Impairment - Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (c.2)	(632.961)	-	-	69.767	-	-	-	(563.194)	
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	521.875	18.195	(167.641))	69.767	-	-	-	442.196	
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento	922.189	-	167.641	-	(25.050)	5.400	-	1.070.180	
(-) Impairment - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento (c.2)	(423.514)	-	-	(89.855)	-	-	-	(513.369)	
(-) PECLD - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento (c.3)	(165.818)	-	-	-	-	-	-	(51.138)	(216.956)
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento	332.857	-	167.641	(89.855)	(25.050)	5.400	(51.138)	339.855	
Total	854.732	18.195	-	(20.088)	(25.050)	5.400	(51.138)	782.051	

	2022			2023					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD	Saldo final	
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	857.521	433.993	(136.678)	-	-	-	-	1.154.836	
(-) Impairment - Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	(358.408)	-	-	(274.553)	-	-	-	(632.961)	
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	499.113	433.993	(136.678)	(274.553)	-	-	-	521.875	
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento	782.180	-	136.678	-	(1.176)	4.507	-	922.189	
(-) Impairment - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento	(331.510)	-	-	(92.004)	-	-	-	(423.514)	
(-) PECLD - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento	(238.601)	-	-	-	-	-	-	72.783	(165.818)
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando resarcimento	212.069	-	136.678	(92.004)	(1.176)	4.507	72.783	332.857	
Total	711.182	433.993	-	(366.557)	(1.176)	4.507	72.783	854.732	

- (c.1) O montante de R\$ 18.195, refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma reversão no montante de R\$ 15.702 e às atualizações, no montante de R\$ 33.897, em contrapartida ao passivo, conforme nota explicativa nº 20.2 - Movimentação dos riscos judiciais;
- (c.2) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.056.475 em 31 de dezembro de 2023), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de resarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 20.088, sendo R\$ 39.231 com impacto no resultado operacional (R\$ 223.626 em 31 de dezembro de 2023) e reversão de R\$ 19.143 no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 25 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 27 - Resultado financeiro; e
- (c.3) Sobre o saldo de “Créditos Especiais - Aguardando resarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de dezembro de 2024, foi calculada uma provisão de R\$ 51.138 (reversão de R\$ 72.783 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 25 - Custos do serviço e despesas operacionais. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência Ativos de contrato (b)	2024
2023	2023	2023	2024
Ativo financeiro	1.431.525	77.308	470.697
Obrigações especiais (c)	(34.265)	(2.224)	(17.840)
Total ativo financeiro da concessão	1.397.260	75.084	452.857
			1.925.201

	Atualização do ativo financeiro	Transferência	Baixas	2023
2022	2022	2022	2022	2023
Ativo financeiro	817.781	35.157	579.106	(519)
Obrigações especiais	(8.093)	(6.931)	(19.241)	-
Total ativo financeiro da concessão	809.688	28.226	559.865	(519)
				1.397.260

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

13 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,45%	18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704
Total		18.339.997	(6.471.347)	(1.156.946)	10.711.704
2023					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,45%	17.027.622	(5.847.408)	(1.166.116)	10.014.098
Total		17.027.622	(5.847.408)	(1.166.116)	10.014.098

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até 2045, conforme ICPC 01(R1) - Contratos de concessão.

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

13.1 Movimentação do ativo intangível

	2023	Adições	Baixas (b)	Transferência ativos de contrato (c)	2024
Em serviço	17.027.622	-	(162.424)	1.474.799	18.339.997
(-) Amortização	(5.847.408)	(754.462)	130.523	-	(6.471.347)
Total em serviço	11.180.214	(754.462)	(31.901)	1.474.799	11.868.650
Obrigações especiais em serviço (a)	(1.409.023)	-	-	(69.113)	(1.478.136)
(-) Amortização	242.907	78.283	-	-	321.190
Total em obrigações especiais	(1.166.116)	78.283	-	(69.113)	(1.156.946)
Total	10.014.098	(676.179)	(31.901)	1.405.686	10.711.704

	2022	Adições	Baixas	Transferência ativos de contrato	Outros	2023
Em serviço	15.175.792	-	(146.925)	1.997.238	1.517	17.027.622
(-) Amortização	(5.266.199)	(646.829)	65.670	-	(50)	(5.847.408)
Total em serviço	9.909.593	(646.829)	(81.255)	1.997.238	1.467	11.180.214
Obrigações especiais em serviço	(1.270.821)	-	-	(139.399)	1.197	(1.409.023)
(-) Amortização	140.806	102.101	-	-	-	242.907
Total em obrigações especiais	(1.130.015)	102.101	-	(139.399)	1.197	(1.166.116)
Total	8.779.578	(544.728)	(81.255)	1.857.839	2.664	10.014.098

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Referem-se às baixas de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço.

13.2 Avaliação de *Impairment*

13.2.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida

A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Importante ressaltar que a Companhia como um todo é considerada uma UGC - Unidade Geradora de Caixa.

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

13.2.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos

(a) Taxa de desconto

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão, ou seja, 22 anos).

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores-beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxa de desconto, antes dos impostos, utilizada foi de 11,70%, em 31 de dezembro de 2024. (12,74% em 31 de dezembro de 2023).

Sensibilidade

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

(b) Outras premissas

Receita Operacional Líquida

A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de Construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente.

Custo do Serviço

As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA.

As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVA e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica. CDE COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela Aneel com réplica da metodologia para cálculos futuros.

Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação. Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras.

Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso.

Despesas Operacionais (OPEX)

Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação dos indicadores de DEC e FEC aos patamares regulatórios.

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança do Grupo Equatorial e os resultados esperados para a realidade da distribuidora.

Receita de Construção (CAPEX)

O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes.

14 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	<u>Transferências (b)</u>				
	2023	Adições (c)	Ativo intangível	Ativo financeiro	2024
Em curso	1.641.263	2.124.537	(1.474.799)	(470.697)	1.820.304
Obrigações especiais (a)	(52.166)	(107.714)	69.113	17.840	(72.927)
Total ativos de contrato	1.589.097	2.016.823	(1.405.686)	(452.857)	1.747.377

	<u>Transferências</u>				
	2022	Adições	Ativo intangível	Ativo financeiro	2023
Em curso	2.318.003	1.899.604	(1.997.238)	(579.106)	1.641.263
Obrigações especiais	(110.052)	(100.754)	139.399	19.241	(52.166)
Total ativos de contrato	2.207.951	1.798.850	(1.857.839)	(559.865)	1.589.097

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) O montante de R\$ 2.016.823 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício. Desto total, R\$ 1.788.614 impactou o caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 30.1 - Transações que não afetam caixa, R\$ 86.452 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 125.950 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 15.807 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 16 - Empréstimos e financiamentos.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

15 Fornecedores

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	407.641	468.443
Encargos de uso da rede elétrica	120.391	105.344
Materiais e serviços (b)	659.709	794.048
Parcelamento Itaipu (c)	116.024	116.024
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	16.127	16.828
Total circulante	<u>1.319.892</u>	<u>1.500.687</u>
Não circulante		
Parcelamento Itaipu (c)	58.012	174.037
Total não circulante	<u>58.012</u>	<u>174.037</u>
Total fornecedores	<u>1.377.904</u>	<u>1.674.724</u>

- (a) O saldo de Suprimento de Energia Elétrica reduziu em R\$ 60.802, devido o valor homologado no processo tarifário de 2024 a título da Recomposição Itaipu ter sido menor que o ocorrido em 2023, acrescido de menores despesas com efeito da disponibilidade, dos custos das operações com a CCEE, da contratação de cotas de garantia e da exposição financeira;
- (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia; e
- (c) O valor registrado em 31 de dezembro de 2024, é referente a 18 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em Reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal mais juros remuneratórios.

15.1 Fornecedores - Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 49.273 (R\$ 55.991 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 515.542 durante o ano de 2024 (R\$ 114.823 em 31 de dezembro de 2023).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 48 dias (31 dias em 31 de dezembro de 2023), enquanto o prazo médio para fornecedores que não aderiram a modalidade é de 88 dias (100 dias em 31 de dezembro de 2023).

16 Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
Bank of America (a)	CDI + 1,20%	Aval/Fiança	11.813	431.592	443.405
Subtotal			<u>11.813</u>	<u>431.592</u>	<u>443.405</u>
Moeda nacional					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	12.737	25.366	38.103
Santander	CDI + 1,10%	Aval/Fiança	1.828	180.000	181.828
Subtotal			<u>14.565</u>	<u>205.366</u>	<u>219.931</u>
Total empréstimos e financiamentos			<u>26.378</u>	<u>636.958</u>	<u>663.336</u>
31/12/2023					
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
CELG Participações S.A.	6,80% a.a.	Recebíveis	11.977	37.966	49.943
Total empréstimos e financiamentos			<u>11.977</u>	<u>37.966</u>	<u>49.943</u>

(a) Considera-se no custo da dívida do *Bank of America*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 29.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

16.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.977	37.966	-	-	49.943
Ingressos - nota nº 16.3	-	180.000	-	383.600	563.600
Encargos	5.395	-	11.813	-	17.208
Variação monetária e cambial	-	-	-	47.992	47.992
Transferências	12.600	(12.600)	-	-	-
Amortizações de principal	(14.530)	-	-	-	(14.530)
Pagamentos de juros	(3.609)	-	-	-	(3.609)
Ajuste a valor presente (a)	2.732	-	-	-	2.732
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.565	205.366	11.813	431.592	663.336

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.056.087	50.970	-	-	7.107.057
Ingressos	25.000	-	235.000	-	260.000
Encargos	175.451	-	2.376	-	177.827
Variação monetária e cambial	660	-	(10.125)	-	(9.465)
Transferências	13.004	(13.004)	-	-	-
Amortizações de principal	(6.859.178)	-	(224.875)	-	(7.084.053)
Pagamentos de juros	(403.556)	-	(2.376)	-	(405.932)
Custo de captação	1.390	-	-	-	1.390
Ajuste a valor presente	3.119	-	-	-	3.119
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.977	37.966	-	-	49.943

(a) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo com a CELG participações S.A., antiga parte relacionada da Companhia, realizado à época a título de mútuos cujo custo da dívida é de 6,80% a.a.

16.3 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do ingresso	Pagamento de juros	Amortização	Destinação de recurso	Encargo financeiro (a.a.)	Taxa efetiva com derivativo (a.a.)
Bank of America	383.600	jul-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD+ 6,0824%	CDI+ 1,20%
Banco Santander	180.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI+1,10%	Não se aplica
	563.600						

16.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2024	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	26.378	4%
2026	13.456	2%
2027	623.502	94%
Não circulante	636.958	96%
Total	663.336	100%

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.5 Covenants

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Bank of America	Santander
Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos.

17 Debêntures

17.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	360.244	9.545.531	9.905.775
Ingressos - nota nº 17.4	-	7.147.672	7.147.672
Encargos	1.132.075	-	1.132.075
Transferências	5.520.701	(5.520.701)	-
Amortização de principal (a)	(5.593.658)	-	(5.593.658)
Pagamento de juros	(1.280.019)	-	(1.280.019)
Variação monetária	-	141.012	141.012
Custo de captação (b)	97.929	(70.734)	27.195
Saldos em 31 de dezembro de 2024	237.272	11.242.780	11.480.052

(a) Em 09 de abril de 2024, a Companhia, realizou amortização extraordinária da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.364.986. Em 08 e 19 de agosto de 2024, a Companhia, realizou amortizações extraordinárias da 2ª emissão de debêntures, nos montantes de R\$ 495.632 e R\$ 984.822, respectivamente. Em 17 de outubro de 2024, a Companhia, realizou amortização extraordinária da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.950.468. Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia, realizou amortização extraordinária do saldo final da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 797.749; e

(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
3 ^a	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	IPCA + 7,1% a.a.	mai/23	abr/31	10.185	1.039.324	1.049.509
4 ^a	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2 ^a	480.000	IPCA + 6,4407% a.a.	out/23	out/31	6.566	506.476	513.042
4 ^a	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	3 ^a	720.000	IPCA + 6,6789% a.a.	out/23	out/35	10.203	759.715	769.918
4 ^a	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1 ^a	1.852.910	CDI + 1,65% a.a.	nov/23	out/29	39.181	1.821.020	1.860.201
5 ^a	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	2.005.522	CDI + 1,05%	abr/24	mar/30	63.291	2.000.516	2.063.807
6 ^a (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1 ^a	950.000	CDI + 0,30%	jun/24	mai/36	4.021	939.386	943.407
7 ^a	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	CDI + 1,00%	ago/24	ago/30	44.812	996.865	1.041.677
8 ^a	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1 ^a	1.392.150	CDI + 1,00%	out/24	set/30	36.948	1.392.150	1.429.098
8 ^a (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2 ^a	800.000	CDI + 0,27%	out/24	set/36	12.021	787.692	799.713
9 ^a	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	1.000.000	CDI + 0,92%	nov/24	nov/31	10.044	999.636	1.009.680
							Total	237.272	11.242.780	11.480.052

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirografária
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória

(a) Considera-se no custo da 6^a Debêntures e 8^a Debêntures, o custo da ponta passiva do *swap*.

17.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas às debêntures apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	237.272	2%
2027	617.636	5%
2028	2.083.527	18%
2029	2.607.717	23%
Até 2036	6.055.245	53%
Subtotal	11.364.125	99%
(-) Custo de captação (não circulante)	(121.345)	(1%)
Não circulante	11.242.780	98%
Total	11.480.052	100%

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

17.4 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
5ª Emissão - Série única	2.005.522	abr-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
6ª Emissão - Série única	950.000	jun-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,4895%	CDI + 0,30%
7ª Emissão - Série única	1.000.000	ago-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,00%	Não se aplica
8ª Emissão - Série 1	1.392.150	out-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,00%	Não se aplica
8ª Emissão - Série 2	800.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,27%
9ª Emissão - Série única	<u>1.000.000</u>	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 0,92%	Não se aplica
	<u>7.147.672</u>						

17.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantia fidejussória e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

18 Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
Circulante		
ICMS	87.851	69.990
ICMS parcelamento	-	766
PIS e COFINS (a)	38.995	16.658
PIS e COFINS parcelamento (b)	17.198	-
ISS	10.899	10.450
Outros	6.443	5.426
Subtotal	<u>161.386</u>	<u>103.290</u>
Não circulante		
PIS e COFINS parcelamento (b)	38.695	3.446
Subtotal	<u>38.695</u>	<u>3.446</u>
Total	<u>200.081</u>	<u>106.736</u>

(a) A variação refere-se principalmente ao volume de crédito de PIS e COFINS decorrente dos custos de energia elétrica para revenda; e

(b) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A companhia optou por utilizar o crédito Prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com devidas contabilizações de baixa diferida.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

19.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Prejuízo fiscal	1.317.412	881.615
Base negativa CSLL	<u>452.778</u>	296.016
Subtotal	<u>1.770.190</u>	1.177.631
Ativos de:		
Diferenças temporárias		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	84.665	224.665
Provisão para riscos judiciais	238.308	291.703
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	366.031	359.201
Variação cambial e swap	97.997	5.674
Provisão para participação nos lucros	7.268	-
Ajuste a valor presente AVP	3.821	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	6.991	7.136
Provisão atuariais	19.034	22.104
Outras despesas não dedutíveis	56.045	84.494
Total	<u>2.650.350</u>	2.172.608
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Valor novo de reposição - VNR	(70.533)	(45.004)
Reavaliação bens da concessão	(1.869)	(6.988)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	<u>(328.406)</u>	(344.169)
Total	<u>(400.808)</u>	(396.161)
Total tributo diferido ativo registrado	<u>2.249.542</u>	<u>1.776.447</u>

19.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Baixa (a)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal (a)	881.615	483.087	-	(47.290)	1.317.412	1.317.412	-
Base negativa CSLL (a)	296.016	173.788	-	(17.026)	452.778	452.778	-
PECLD	224.665	<u>(140.000)</u>	-	-	84.665	84.665	-
Provisão para riscos judiciais	291.703	<u>(53.395)</u>	-	-	238.308	238.308	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	359.201	<u>6.830</u>	-	-	366.031	366.031	-
Provisão para participação nos lucros	-	7.268	-	-	7.268	7.268	-
Arrendamentos - CPC 06	7.136	<u>(145)</u>	-	-	6.991	6.991	-
Provisões atuariais	22.104	-	<u>(3.070)</u>	-	19.034	19.034	-
Valor novo de reposição - VNR	(45.004)	<u>(25.529)</u>	-	-	(70.533)	-	(70.533)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(344.169)	<u>15.763</u>	-	-	(328.406)	-	(328.406)
Ajuste a valor presente AVP	-	<u>3.821</u>	-	-	3.821	3.821	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	84.494	<u>(28.449)</u>	-	-	56.045	56.045	-
Reavaliação bens da concessão	(6.988)	<u>5.119</u>	-	-	(1.869)	-	(1.869)
Variação cambial e Swap	5.674	<u>(14.116)</u>	<u>106.439</u>	-	97.997	97.997	-
Total	<u>1.776.447</u>	<u>434.042</u>	<u>103.369</u>	<u>(64.316)</u>	<u>2.249.542</u>	<u>2.650.350</u>	<u>(400.808)</u>

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

		2023					
	2022	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Baixa	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal (a)	821.250	85.725	-	(25.360)	881.615	881.615	-
Base negativa CSLL (a)	273.638	31.507	-	(9.129)	296.016	296.016	-
PECLD	235.161	(10.496)	-	-	224.665	224.665	-
Provisão para riscos judiciais	160.146	131.557	-	-	291.703	291.703	-
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	234.572	124.629	-	-	359.201	359.201	-
Arrendamentos - CPC 06	173	6.963	-	-	7.136	7.136	-
Provisões atuariais	23.048	-	(944)	-	22.104	22.104	-
Valor novo de reposição - VNR	(35.407)	(9.597)	-	-	(45.004)	-	(45.004)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	15.763	-	-	(344.169)	-	(344.169)
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	51.693	32.801	-	-	84.494	84.494	-
Reavaliação bens da concessão	(28.807)	21.819	-	-	(6.988)	-	(6.988)
Variação cambial e Swap	-	5.674	-	-	5.674	5.674	-
Total	1.375.535	436.345	(944)	(34.489)	1.776.447	2.172.608	(396.161)

- (a) Foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, referente a quitação parcial de Parcelamento de IRPJ e CSLL decorrente da adesão do Programa Litigio Zero, da Receita Federal, em que foi possível quitar débitos tributários (discutidos em esfera administrativa) via utilização do prejuízo fiscal.

19.3 Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	78.128	573.890	827.086	1.171.246	2.650.350

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.650.350 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa CSLL e ajustes temporários, que correspondem a R\$ 1.317.412, R\$ 452.778 e R\$ 880.160, respectivamente.

19.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL	(71.096)	(71.096)	(1.066.920)	(1.066.920)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	17.774	6.399	266.730	96.023
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	28.077	9.996	16.191	5.832
IRPJ/CSLL (a)	268.680	97.062	49.231	18.966
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	314.531	113.457	332.152	120.821
Aliquota efetiva com ativo fiscal diferido (a)	442%	160%	31%	11%
Imposto corrente	(4.709)	(1.345)	13.244	3.384
Imposto diferido	319.240	114.802	318.908	117.437

- (a) A variação refere-se ao reflexo da exclusão da atualização do indébito tributário, conforme o Tema 962 do Supremo Tribunal Federal (STF). Em dezembro de 2024, em conformidade com essa decisão, a Companhia registrou R\$ 356.033 em ativo diferido, referente aos períodos de 2021 e 2022, considerando a inconstitucionalidade da tributação de IRPJ e CSLL sobre a repetição do indébito.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

20 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	349.940	29.238	371.121	21.551
Fiscais	-	47.378	-	44.875
Trabalhistas	1.353.478	94.092	1.457.777	95.680
Regulatório	4.976	-	219.814	-
Total não circulante	1.708.394	170.708	2.048.712	162.106

Do total de provisões no valor de R\$ 1.708.394 (R\$ 2.048.712 em 31 de dezembro de 2023), o montante de R\$ 1.005.387 (R\$ 1.154.836 em 31 de dezembro de 2023) referente a processos com vinculação ao FUNAC, passíveis de resarcimento, conforme explicado no tópico abaixo, sendo R\$ 273.117 de processos cíveis (R\$ 306.378 em 31 dezembro de 2023), R\$ 728.172 de processos trabalhistas (R\$ 844.588 em 31 dezembro de 2023) e R\$ 4.098 de processos regulatórios (R\$ 3.870 em 31 de dezembro de 2023). As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será resarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais. Para mais detalhes, verificar nota explicativa nº 11 - Outros créditos a receber.

20.1 Fundo de Apore à CELG-D (Equatorial Goiás) - FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para resarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPAR em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Apore à CELG-D (Equatorial Goiás) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do resarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem resarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16/05/2023 (acórdão publicado no dia 18/05/2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de resarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais nº 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25/07/2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18/12/2023, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07/02/24, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança. O Mandado de Segurança retornou para instância de origem para processamento e julgamento, contudo, foi sobrestado para julgamento da arguição de inconstitucionalidade nº. 5019226-18.2023.8.09.0051.

O instrumento processual que deu origem à arguição de inconstitucionalidade foi a Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico (nº 5019226-18.2023.8.09.0051), proposta pela CELG Distribuição em 13/01/2023. Na ação, a empresa pleiteou a nulidade do ato que indeferiu seu pedido de resarcimento com fundamento não previsto em lei. A sentença de primeira instância reconheceu a procedência do pedido, determinando que a análise dos requerimentos de resarcimento da distribuidora fosse realizada conforme as disposições das Leis Estaduais nº 17.555/12 e 19.473/16. Diante da interposição de apelação pelo Estado de Goiás, o Desembargador Relator determinou a instauração do incidente de inconstitucionalidade, submetendo a questão ao Órgão Especial do Tribunal. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela declaração de inconstitucionalidade parcial das referidas leis. O processo agora segue para julgamento do incidente pelo plenário.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Movimentação dos riscos judiciais

	2023		2024		
	Saldo inicial	Adições (a)	Utilização (1)	Reversão de provisão (2) (a)	Atualização (3) (b)
Cíveis	371.121	148.149	(118.444)	(92.155)	41.269
Trabalhistas	1.457.777	116.467	(164.498)	(113.500)	57.232
Regulatórios	219.814	75.927	(136.692)	(145.539)	(8.534)
Total contingências	<u>2.048.712</u>	<u>340.543</u>	<u>(419.634)</u>	<u>(351.194)</u>	<u>89.967</u>
					<u>1.708.394</u>
2022					
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)
Cíveis	327.966	90.889	(83.650)	(26.725)	62.641
Fiscais	44	-	-	(34)	(10)
Trabalhistas	855.753	363.861	(129.519)	(29.969)	397.651
Regulatórios	180.701	45.165	(26.811)	(6.767)	27.526
Total contingências	<u>1.364.464</u>	<u>499.915</u>	<u>(239.980)</u>	<u>(63.495)</u>	<u>487.808</u>
					<u>2.048.712</u>

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no exercício; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos.

(a) Do total líquido de adição e reversão de R\$ 10.651, R\$ 5.051 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 25 - Custo do serviço e despesas operacionais), e R\$ 15.702 foram constituições do Ativo do FUNAC na rubrica de Créditos Especiais (nota explicativa nº 11 - outros créditos a receber); c

(b) Referente ao montante de atualização dos processos judiciais, sendo que R\$ 56.070 teve impacto no resultado (nota explicativa nº 27 - Resultado financeiro) e R\$ 33.897 foram atualizações do Ativo do FUNAC em Créditos Especiais (nota explicativa nº 11 - outros créditos a receber).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e regulatório em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis	2.685.812	3.076.589
Trabalhistas	909.226	870.320
Regulatórios	11	-
Total	3.595.049	3.946.909

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

20.3 Cíveis

A Companhia figura como ré em 9.394 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (10.889 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo resarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem quebra de contrato, falha no fornecimento e cobrança indevida.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Quebra de contrato (a)	120.823	92.038
Falha no fornecimento	34.565	55.867
AGM convênio	-	23.167
Acidente com animais	363	12.669
Cobrança indevida (b)	165.393	142.585
Fraude questionada	7.224	7.070
Falha no atendimento	3.535	5.295
Corte indevido	1.689	2.862
SPC/SERASA	6.240	6.870
Servidão de passagem	190	1.244
Outras	9.918	21.454
Total	349.940	371.121

Dentre esses processos classificados como prováveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

- (a) O principal processo tem como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 46.643 (R\$ 43.318 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, encontra-se pendente de análise do recurso de Apelação em face de sentença que condenou a Companhia ao pagamento do valor de R\$ 2.187. Em dezembro de 2024, houve o julgamento do recurso de apelação. Atualmente o processo está aguardando julgamentos dos embargos de declaração.
- (b) O principal processo tem como objeto a execução de título extrajudicial proposta em desfavor da Companhia, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, no montante de R\$ 145.798 (R\$ 134.101 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está suspenso até que seja certificado o trânsito em julgado.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 2.685.812 (R\$ 3.076.589 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão, deste total, R\$ 2.352.106 (R\$ 2.322.422 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a processos dos créditos FUNAC.

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)

	2024	2023
Falha no atendimento	36.544	179.445
Falha no fornecimento	197.135	196.650
Quebra de contrato	144.152	196.359
Acidente com animais	-	36.263
Fraude questionada	8.303	12.544
Cobrança indevida (a) (b)	2.261.459	1.882.707
Corte indevido	269	6.096
SPC/SERASA	25	1.261
Outras	37.925	565.264
Total	2.685.812	3.076.589

Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

- (a) Processo cujo objeto é a devolução de valores de cotas de tributo (ICMS) que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 460.830 (R\$ 460.830 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se em fase instrutória;

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Processo cujo objeto é a devolução de valores de cotas de ICMS que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 497.301 (R\$ 429.730 em 31 de dezembro de 2023). Em março de 2024 foi proferida a sentença de total improcedência dos pedidos do Município. Em julho de 2024, a Equatorial interpôs recurso de apelação e o Município apresentou Recurso Adesivo. Atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento.

20.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 é composto por 3.897 reclamações ajuizadas (4.112 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Dispensas PAE	192.206	193.823
Auxílio alimentação (a)	311	109.745
Responsabilidade solidária	13.307	14.873
Verbas rescisórias	7.278	7.149
Hora extra (b)	64.393	75.994
Diferença salarial	32.702	26.188
Sobreaviso	48.668	52.624
Responsabilidade subsidiária (c) (d)	817.043	786.605
Jornada de trabalho	1.276	5.849
Acidente de trabalho	14.680	13.579
Periculosidade	10.801	11.594
Acúmulo de função	8.216	7.939
FGTS	6.699	7.186
Gratificação	2.515	2.347
Outras	133.383	142.282
Total	1.353.478	1.457.777

Dentre esses processos classificados como prováveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

- a) A variação deve-se à reversão da ação coletiva proposta pelo sindicato que representa 1.715 substituídos e pleiteia a natureza salarial do auxílio-alimentação. A sentença julgou procedente a ação para os empregados contratados até 7 de maio de 2008. O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região manteve a sentença, e não houve sucesso no julgamento do AIRR no Tribunal Superior do Trabalho. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução. A companhia ajuizou ação rescisória (nº 010602-92.2021.5.18.0000) contra a condenação. Após decisão de improcedência no TST, o Recurso Ordinário (RO) interpôs pela Equatorial Goiás no âmbito da ação rescisória foi julgado procedente para rescindir a sentença do processo principal, e o sindicato ingressou com Embargos de Declaração. Após decisão de improcedência dos Embargos de Declaração, o sindicato interpôs recurso extraordinário, o qual teve seguimento denegado. O sindicato aguarda o julgamento do agravo interno interpôsto contra a decisão que denegou seguimento ao recurso extraordinário. Diante da remota possibilidade de reversão da decisão judicial, o processo foi baixado da contingência em dezembro de 2024, no valor total de R\$ 116.672. A reversão impactou o *impairment* do FUNAC no valor de R\$ 64.337, para mais detalhes vide nota explicativa nº 11 - Outros créditos a receber.
- b) Processo que pleiteia a aplicação do adicional de 100% das horas extras laboradas aos domingos e feriados para 38 substituídos, no montante de R\$ 18.994 (R\$ 18.153 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se decisão judicial transitada em julgado. Atualmente o processo encontra-se em execução com Agravo em Recurso Extraordinário. Atualmente, o processo encontra-se concluso para decisão.
- c) Processo que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás que pleiteia concessão de intervalo intrajornada inferior a 2 (duas) horas com base no artigo 71, §4º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), antes da vigência da Reforma Trabalhista e aplicação do divisor 200 para 1.685 substituídos, no montante de R\$ 620.986 (R\$ 584.929 em 31 de dezembro de 2023). O processo transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023. Em 31 de janeiro de 2024, o sindicato requereu o prosseguimento da execução e a concessão de prazo para apresentar a relação de documentos necessários para a liquidação do julgado. Atualmente o processo está suspenso por convenção das partes. Em 31 de julho de 2024, a Companhia ingressou com a ação rescisória com pedido de tutela antecipada com a finalidade de anular a sentença do processo principal. Atualmente o processo está aguardando decisão de recurso;
- d) Ação trabalhista coletiva representando 1.685 empregados substituídos e pleiteando a diferença do pagamento de horas extra decorrentes do intervalo intrajornada parcialmente suprimido. O processo judicial transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023, com ajuste no valor que constava no possível e que foi alocado no provável, no montante de R\$ 602.679, sendo R\$ 273.982 referente ao valor principal do processo e R\$ 328.698 referentes à sua atualização. Do montante total, R\$ 266.868 é referente ao FUNAC e R\$ 335.811, de ordem geral.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, possui processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 909.226 (R\$ 870.320 em 31 de dezembro de 2023), deste total, R\$ 549.405 (R\$ 522.213 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a processos dos créditos FUNAC.

Notas Explanatórias Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Hora extra	28.020	25.892
Diferença salarial (a)	454.216	428.794
Responsabilidade solidária	9.295	8.566
Verbas rescisórias	1.344	1.352
Dispensas PAE	38.197	37.096
Responsabilidade subsidiária	96.990	96.173
Sobreaviso	37.971	36.675
Acidente de trabalho	12.623	12.958
Gratificação	25.441	23.745
Periculosidade	8.693	8.867
Acúmulo de função	1.459	1.357
FGTS	7.348	8.485
Doença ocupacional/profissional	5.154	4.687
Outras	182.475	175.673
Total	909.226	870.320

- (a) Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, o mais relevante é o processo referente a diferença salarial, que pleiteia o desvio de função dos eletricistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos, no montante de R\$ 439.174 (R\$ 411.086 em 31 de dezembro de 2023), atualmente o processo encontra-se em execução.

20.5 Regulatórias

A Companhia figura como ré em 4 processos regulatórios em 31 de dezembro 2024, (7 em 31 de dezembro de 2023, nos montantes demonstrados abaixo:

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no atendimento	450	48.597
Fiscalização técnica (a)	-	58.211
Multa regulatória (a)	-	62.698
Outras	4.526	50.308
Total	4.976	219.814

- (a) A variação do saldo em 2024 deve-se a 4 processos que estavam provisionados, referentes a multas da ANEEL. A Companhia teve a oportunidade de pagar essas multas em dezembro, após aderirem ao Programa Desenrola, que concederia um desconto de 50% sobre o valor atualizado das multas. O programa Desenrola Brasil é utilizado para negociar débitos com autarquias e fundações públicas federais, oferecendo descontos consideráveis. A decisão foi incluir débitos no programa devido à baixa probabilidade de ganho em processos judiciais, buscando otimizar recursos financeiros e evitar complicações adicionais, como a negativação. A inclusão no programa possibilitou um alívio financeiro imediato e evitou sanções que poderiam comprometer o recebimento de subvenções e outros benefícios.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, possui processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 12 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

21 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A partir de 2018 a Companhia, constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021-FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.3 - Reajuste Tarifário Anual (RTA), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 204.835; (ii) compensação de débitos tributários de R\$ 549.924 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; (iii) amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 775.883 via amortização da CVA.

	2024	2023
Ativo		
Circulante - nota explicativa nº 9	602.118	842.828
Não circulante - nota explicativa nº 9	<u>1.542.600</u>	<u>1.640.751</u>
PIS e COFINS a recuperar	2.144.718	2.483.579
Passivo		
Circulante	204.611	728.972
Não circulante	<u>1.537.807</u>	<u>1.795.557</u>
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	<u>1.742.418</u>	<u>2.524.529</u>

21.1 Expectativa de realização do PIS/COFINS a recuperar

	2024	
	Valor	%
Circulante	602.118	28%
2026	602.118	28%
2027	602.118	28%
2028	338.364	16%
Não circulante	<u>1.542.600</u>	72%
Total	<u>2.144.718</u>	100%

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 211.063, sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 9.814, conforme demonstrado a seguir:

	2024
Resultado	
(+) Receita financeira	211.063
PIS/COFINS consumidores a restituir	<u>(9.814)</u>
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	<u>201.249</u>
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>201.249</u>

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Outras contas a pagar

	2024	2023
Circulante		
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	42.079	80.131
Devoluções a consumidores	<u>59.902</u>	<u>8.329</u>
Convênios de arrecadação	4.530	6.422
Créditos de geração distribuída (b)	190.844	107.667
Partes relacionadas (c)	80.864	23.521
Outras contas a pagar (d)	<u>209.173</u>	<u>87.581</u>
Total circulante	<u>587.392</u>	<u>313.651</u>
Devoluções a consumidores (obras vinculadas a concessão) (a)	32.562	32.562
Outras contas a pagar	<u>40.506</u>	<u>11.303</u>
Total não circulante	<u>73.068</u>	<u>43.865</u>
Totais outras contas a pagar	<u>660.460</u>	<u>357.516</u>

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para resarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- (b) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 26 - Energia elétrica comprada para revenda.
- (c) Valor referente ao primeiro aditivo ao Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas; e
- (d) Refere-se, principalmente, ao saldo de valores recebidos de serviços de terceiros prestados na rede com ordens em andamento.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.664.952 (R\$ 5.664.952 em 31 de dezembro de 2023), e o capital autorizado é de R\$ 7.500.000.000 (R\$ 7.500.000.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, e sua composição de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias 2024	%
Equatorial Participações S.A.	282.965.232	99,96
Outros (minoritários)	<u>102.022</u>	<u>0,04</u>
Total	<u>283.067.254</u>	<u>100</u>
Acionistas	Ações ordinárias 2023	%
Equatorial Participações S.A.	282.965.232	99,96
Outros (minoritários)	<u>102.022</u>	<u>0,04</u>
Total	<u>283.067.254</u>	<u>100</u>

Dentro do limite do capital autorizado e das ações ordinárias existentes, independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração, será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

23.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 34.229 (R\$ 44.166 em 31 de dezembro de 2023). A diminuição no saldo ocorreu devido à contabilização de realização de reserva para prejuízos acumulados à título de Reserva de reavaliação líquida de impostos, no montante de R\$ (9.937).

	2023	Quota de reavaliação	Amortização	2024
Reserva de reavaliação	67.742	(16.824)	-	50.918
Encargo tributário	(23.576)	-	6.887	(16.689)
Total	44.166	(16.824)	6.887	34.229

	2022	Quota de reavaliação	Amortização	2023
Reserva de reavaliação	85.562	(17.820)	-	67.742
Encargo tributário	(29.644)	-	6.068	(23.576)
Total	55.918	(17.820)	6.068	44.166

23.3 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 4.349.287 (R\$ 4.716.116 em 31 de dezembro de 2023). A redução no saldo ocorreu devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 356.892 (prejuízo de R\$ 613.947 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, houve realização de reserva de reavaliação de R\$ 9.937 (R\$ (11.752 em 31 de dezembro de 2023)).

23.4 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

23.4.1. Quinto plano de opção de compra de ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

As informações das Opções outorgadas pela Companhia, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão descritas abaixo:

3º Outorga		6º Outorga	
Vesting Date	Opções exercíveis	Vesting Date	Opções exercíveis
05/08/2022	37.500	02/04/2024	72.500
05/08/2023	37.500	02/04/2025	72.500
05/08/2024	37.500	02/04/2026	72.500
05/08/2025	37.500	02/04/2027	72.500
	150.000		290.000

7º Outorga	
Vesting Date	Opções exercíveis
02/08/2024	37.500
02/08/2025	37.500
02/08/2026	37.500
02/08/2027	37.500
	150.000

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

3ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	9,61
Data da outorga: 05/08/2021	
Quantidade outorgada	150.000
Preço da ação na data de outorga	24,78
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,63
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	10,36%

6ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	12,15
Data da outorga: 03/04/2023	
Quantidade outorgada	290.000
Preço da ação na data de outorga	26,88
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	26,04
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%

7ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	15,24
Data da outorga: 02/08/2023	
Quantidade outorgada	150.000
Preço da ação na data de outorga	33,05
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	30,45
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,25%

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

- a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

- b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2023 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

- c) Forma de determinação da volatilidade esperada**

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio do período de cada lote.

A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no exercício:

	Média ponderada do		Média ponderada do	
	Número de ações	preço de exercício	Número de ações	preço de exercício
Em opções	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Existentes em 1º de janeiro	440.000	-	-	-
Outorgadas durante período	-	-	440.000	-
Encerrados e transferidas ao fim do período	(180.000)	-	-	-
Existentes ao fim do período 3ª Outorga	37.500	23,63	-	-
Existentes ao fim do período 6ª Outorga	122.500	26,04	290.000	26,38
Existentes ao fim do período 7ª Outorga	100.000	30,45	150.000	30,79
Total existentes ao fim do período/exercício	260.000	-	440.000	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.288, e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

23.4.2. Plano de outorga de “*Phantom Shares*” - Contrato Phantom 2019

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “*Phantom Shares*” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “*Phantom Shares*” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício		Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
		2024	2023		
<i>Em ações</i>					
Transferidas durante o exercício	70.000	-	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	70.000	31,15	-	-	-

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.878 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 31,15 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de “*Phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

23.4.3. Plano de outorga de “*Phantom Shares*” - Contrato Phantom 2023

Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de *Phantom Shares Vestidas* a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”).

b. Forma de cálculo da despesa do programa

A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício		Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
		2024	2023		
<i>Em ações</i>					
Existentes em 1º de janeiro	90.539	33,28	-	-	-
Transferidas durante o exercício	12.291	-	90.539	-	-
Existentes ao fim do exercício	102.830	32,19	90.539		33,28

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 164 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 785 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 32,19 (R\$ 33,28 em 31 de dezembro de 2023).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo líquidável em caixa.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

24 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2024	2023
Receita de distribuição (a)	9.913.977	8.867.015
Remuneração financeira WACC (b)	153.978	39.855
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	942.081	288.619
Subvenção CDE - Outros	663.901	481.637
Fornecimento de energia elétrica	11.673.937	9.677.126
Suprimento de energia elétrica	234.626	238.774
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.035.835	955.420
Receita de construção (d)	2.124.537	1.899.604
Atualização do ativo financeiro	75.084	28.226
Outras receitas	252.696	341.709
Receita operacional bruta	15.396.715	13.140.859
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.838.897)	(1.466.693)
PIS e COFINS	(1.100.482)	(954.467)
Encargos do consumidor	(99.643)	(89.765)
ISS	(473)	(1.387)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.396.541)	(1.306.298)
Penalidades DIC/FIC e outras	(105.273)	(109.048)
Deduções da receita operacional	(4.541.309)	(3.927.658)
Receita operacional líquida	10.855.406	9.213.201

- (a) A variação se deve, principalmente, ao aumento de 6% no consumo médio, em conjunto com as mudanças nas bandeiras tarifárias ao longo de 2024 e RTA, gerando um aumento no ticket médio. Para mais informações vide nota explicativa nº 4 - Assunto Regulatórios.
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL. A variação refere-se ao fato de que, em 2023, o valor da remuneração WACC foi calculado com a remuneração bruta de capital do ciclo anterior, de 2018 a 2023. Já em 2024, foi calculado após a homologação do laudo, pós revisão tarifária, onde foram adotadas novas medidas para o cálculo da remuneração bruta de capital;
- (c) A variação positiva de R\$ 653.462 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) em relação à constituição, houve maiores custos frente à cobertura tarifária, gerando variação positiva de R\$ 356.887 quando comparado com o exercício anterior; (ii) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 261.804; (iii) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 3.374; (iv) efeito negativo de R\$ 166.806 em CVA da Bandeira Faturada, devido as bandeiras tarifárias que ocorreram a partir de jul/24, o que não ocorreu em 2023; (v) metodologia de Constituição de Reversão de Risco Hidrológico utilizada no ciclo 2023 foi diferente da metodologia utilizada no ciclo 2024, onde o valor é constituído no momento do efeito do reajuste, gerando uma variação positiva em R\$204.951; e
- (d) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

25 Custo do serviço e despesas operacionais

	2024				2023					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(131.220)	(33.126)	(14.848)	-	(179.194)	(74.981)	(59.401)	(58.700)	-	(193.082)
Material	(70.337)	(6.094)	(9.669)	-	(86.100)	(30.318)	(464)	(18.598)	-	(49.380)
Serviços de terceiros	(600.450)	(40.867)	(341.499)	-	(982.816)	(405.094)	(73.263)	(393.203)	-	(871.560)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(5.190.963)	-	-	-	(5.190.963)	(4.611.426)	-	-	-	(4.611.426)
Custo de construção (b)	(2.124.537)	-	-	-	(2.124.537)	(1.899.604)	-	-	-	(1.899.604)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 7.2	-	-	-	(39.320)	(39.320)	-	-	-	(20.373)	(20.373)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC - nota explicativa nº 11	-	-	(39.231)	(51.138)	(90.369)	-	-	(223.626)	72.783	(150.843)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(5.051)	-	(5.051)	-	-	(242.265)	-	(242.265)
Amortização	(618.077)	-	(64.139)	-	(682.216)	(496.359)	-	(26.401)	-	(522.760)
Outros	(8.419)	1.623	(20.465)	26.209	(1.052)	4.337	(7.570)	(17.540)	(6.791)	(27.564)
Total	(8.744.003)	(78.464)	(494.902)	(64.249)	(9.381.618)	(7.513.445)	(140.698)	(980.333)	45.619	(8.588.857)

- (a) Para maior detalhamento, vide abertura dos custos da energia comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 26 - Energia elétrica comprada para revenda.
- (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados as construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os cursos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 14 - Ativos de contrato e 24 - Receita operacional líquida.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25.1 Outras despesas operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	2.860	2.956
Outras receitas operacionais (a)	<u>26.473</u>	<u>9</u>
Total de outras receitas operacionais	<u>29.333</u>	<u>2.965</u>
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(193.932)	(99.573)
Indenização por danos a terceiros	(170)	(477)
Provisão para perda de estoque (c)	88.997	(111.577)
Baixa de recebíveis incobráveis (d)	(5.759)	(35.122)
Outras despesas operacionais (e)	<u>(40.652)</u>	<u>32.379</u>
Total de outras despesas operacionais	<u>(151.516)</u>	<u>(214.370)</u>
Total outras despesas operacionais, líquidas	<u>(122.183)</u>	<u>(211.405)</u>

- (a) O valor refere-se a um ganho processual de R\$ 26.469 no exercício de 2024;
- (b) O aumento é decorrente dos investimentos realizados na melhoria da rede de distribuição de energia elétrica, substituindo equipamentos antigos por novos e mais eficientes. Como resultado, a Companhia reconheceu as perdas decorrentes da retirada dos ativos antigos, destacando a necessidade de aprimorar a rede;
- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve, principalmente, uma reversão de provisão no valor de R\$ 88.997, referente à regularização do estoque de materiais da companhia.;
- (d) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber, acima de 5 anos; e
- (e) Ao final de 2024, foram emitidos dois Autos de Infração pela Agência Goiana de Regulação - AGR, referentes a fiscalizações de evento ocorrido na Subestação Carajás e a processos técnicos e comerciais. Considerando que ainda estão em fase de recurso administrativo, foi realizado provisionamento no valor de R\$ 33.465.

26 Energia elétrica comprada para revenda

	2024			
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	9.088	(2.362.161)	7.919	(1.976.771)
Contratos Eletronuclear	473	(142.499)	435	(160.781)
Contratos cotas de garantias	2.295	(514.721)	2.385	(421.791)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(312.847)	-	(277.618)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(289.676)	-	(305.865)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	254	(156.987)	233	(170.686)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	547.331	-	527.654
Aquisição de energia - Itaipu (d)	2.391	(563.458)	2.249	(688.299)
Geração distribuída (e)	-	(185.867)	-	(139.817)
Subtotal	14.501	(3.980.885)	13.221	(3.613.974)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(1.210.078)	-	(997.452)
Total	14.501	(5.190.963)	13.221	(4.611.426)

- (a) Compreende os custos com os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), os quais tiveram aumento em 14,76% em seu volume contratado para atendimento do Mercado em relação ao exercício de 2023, e elevação do preço médio de pagamento em 4,14 %, resultando em R\$ 259,92/MWh.;
- (b) O aumento nas despesas associadas ao ESS/EER no exercício de 2024, deve-se ao aumento no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica desfavorável, ocasionando elevação dos pagamentos associado a este encargo ESS e ao aumento da despesa com o EER foi devido ao preço baixo do PLD em vários meses ao longo do tempo;
- (c) A variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em relação ao exercício anterior, é devido a melhora das condições de geração de energia, reduzindo a despesa com o risco hidrológico;
- (d) A variação refere-se aos custos com o contrato da Usina Itaipu e os efeitos dessa contratação na Liquidação CCEE no Mercado de Curto Prazo, que resultaram em redução na despesa em 23% em relação a 2023, devido o saldo homologado no processo tarifário de 2024 a título da Recomposição da Conta Itaipu, foi menor do que homologado em 2023; e
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro.

(*) não auditado.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

27 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	146.389	110.767
Valores a receber/devolver parcela A	34.453	55.394
Operações com instrumentos financeiros derivativos	42.214	-
Acréscimo moratório de energia vendida	62.460	61.665
Variação monetária e cambial da dívida (b)	12.103	13.521
Receita financeira de AVP (e)	2.239	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(16.745)	(16.978)
Outras receitas financeiras (c)	250.584	137.295
Total de receitas financeiras	<u>533.697</u>	<u>361.664</u>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(80.252)	(86.538)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(742)	(13.166)
Encargos da dívida	(1.247.708)	(1.240.568)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(209.144)	(24.596)
Atualização de contingências (d)	(56.070)	(390.901)
Juros, multas s/ operação de energia	(3.925)	(5.982)
Despesa financeira de AVP (e)	(13.478)	(24.675)
Encargos sobre déficit atuarial	(15.105)	(16.327)
Encargos de geração distribuída	(4.976)	-
<i>Impairment</i> - Créditos especiais - FUNAC	19.143	-
Outras despesas financeiras (f)	(344.141)	(38.770)
Total de despesas financeiras	<u>(1.956.398)</u>	<u>(1.841.523)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.422.701)</u>	<u>(1.479.859)</u>

- (a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, a melhora na média de caixa e aplicações da Companhia em comparação ao exercício anterior;
- (b) O aumento na despesa acumulada em 31 de dezembro de 2024, nas linhas de variação cambial e monetária da dívida, ocorreu principalmente devido aos ingressos de novas dívidas, corrigidas pelo IPCA;
- (c) A variação refere-se, principalmente, à atualização do montante de R\$ 142.774 no resultado financeiro, decorrente da atualização do crédito relacionado à exclusão do ICMS;
- (d) O saldo refere-se à atualização dos processos no exercício, conforme pode-se observar na nota explicativa nº 20 - Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados;
- (e) Valor referente ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido de R\$ 8.507 e R\$ 2.732, conforme notas explicativas 7 - Contas a receber de clientes e 16.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos, respectivamente; e
- (f) A variação ocorre, principalmente, devido às multas associadas ao parcelamento de autorregularização do PIS/COFINS, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

28 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

28.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

No exercício de 2023, ocorreu a incorporação da Fundação CELG de Seguros e Previdência - ELETRA pela EQTPREV.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

(a) Plano Equatorial BD Goiás (antigo BD Eletra 01)

O plano de benefícios previdenciários é organizado e administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano BD Goiás é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso atualmente com os aposentados e pensionistas que remanescem no plano. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios em vigor são os seguintes:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição, Tempo de Serviço e Tempo de Serviço Proporcional: o benefício equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e o valor da aposentadoria concedida pela Previdência Social, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez: o benefício equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e o valor da aposentadoria concedida pela Previdência Social, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria; e

Suplementação de Pensão: o benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 80% (oitenta por cento) mais 10% (dez por cento) por beneficiário, limitado a dois, da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data do falecimento.

(b) Plano Equatorial CV Goiás (antigo CV Celgprev/Plano misto)

O plano de benefícios previdenciários é administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano CV Goiás é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Suplementação de Aposentadoria: O benefício a ser concedido consistirá no pagamento mensal e vitalício de um número de cotas, determinado atuarialmente, em função da quantidade acumulada nos Fundos Individual e Patrocinado;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez: O benefício consistirá numa renda mensal vitalícia cujo valor será correspondente ao maior dentre a renda calculada em função da quantidade acumulada nos Fundos Individual e Patrocinado ou a diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB) e o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) mais 1% (um por cento) por grupo de 12 (doze) contribuições mensais ao Regime Geral de Previdência Social, até o máximo de 100% (cem por cento), do valor equivalente a 10 (dez) vezes a UM, vigente na data de início da Suplementação;
- Suplementação de Pensão por Morte: O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 80% (oitenta por cento) mais 10% (dez por cento) por beneficiário, limitado a dois, da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data do falecimento; e

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

- Abono Anual: O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro, por mês de complementação recebida durante o ano.

(c) Plano Equatorial CD

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV, patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a. Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b. Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c. Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d. Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- Pensão por Morte de Assistido O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(d) Planos de saúde

A Companhia oferece a seus empregados um plano de saúde (CELGSAÚDE) administrado pela operadora VIVACOM Planos de Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Goiás, bem como a seus dependentes.

As contribuições são estabelecidas por custo médio para todos os beneficiários e são parcialmente custeadas pela Equatorial Goiás, conforme tabela de contribuição. Participantes desligados e/ou aposentados podem optar por permanecer no plano de saúde, desde que assumam as mensalidades em sua integralidade, sem qualquer participação da Equatorial Goiás. A permanência após o desligamento da empresa caracteriza um benefício indireto aos ex-empregados (subsídio cruzado), já que a permanência desses pode elevar a mensalidade paga pela Equatorial Goiás para os seus empregados, o que ensejaria a necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Além disso, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com alguns ex-empregados, que são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais e/ou afastamentos por invalidez.

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(e) FGTS

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) tem por objetivo proteger o trabalhador demitido sem justa causa, com a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

O empregador, mensalmente, deposita 8% da remuneração bruta (incluindo horas extras e adicionais pagos) em contas bancárias em nome de cada funcionário. O saldo da conta é reajustado com uma taxa de juros de 3% ao ano, acrescido da inflação. Em caso de rescisão com o empregado sem justa causa, o empregador é obrigado a pagar um adicional de 40% do saldo acumulado do FGTS.

28.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia.

Os resultados da avaliação atuarial são apresentados a seguir:

Apuração do passivo (ativo) líquido	2024					2023				
	Plano BD	Plano CV	Plano de Saúde	Plano Equator- ial CD	FGTS	Plano BD	Plano CV	Plano de Saúde	Plano Equator- ial CD	FGTS
Déficit/(Superávit) apurado										
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	67.412	431.832	164.042	54	29.940	72.084	456.035	176.722	18	22.710
Valor justo dos ativos do plano	(73.039)	(464.085)	(60.842)	(650)	-	(72.354)	(471.535)	(60.645)	(165)	-
Déficit/(Superávit) apurado	(5.627)	(32.253)	103.200	(596)	29.940	(270)	(15.500)	116.077	(147)	22.710
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais										
Efeito do Teto de Ativo	5.627	52.677	-	590	-	270	38.282	-	147	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	5.627	52.677	-	590	-	270	38.282	-	147	-
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (RI)										
Passivo/(Ativo) líquido apurado	-	20.424	103.200	(6)	29.940	-	22.782	116.077	-	22.710
Passivo circulante					2.437					2.485
Passivo não circulante					151.121					159.084
Total					153.558					161.569

28.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Resultado do exercício 2024	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano CD	FGTS	Total
Custo do serviço corrente líquido	-	(44)	1.258	3	1.615	2.832
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	6.773	42.370	16.918	1	2.042	68.104
Rendimento esperado dos ativos do plano	(6.799)	(44.057)	(5.912)	(15)	-	(56.783)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	26	3.744	-	14	-	3.784
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	-	2.013	12.264	3	3.657	17.937
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(1.126)	3.933	5.715	(447)	-	8.075
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(4.203)	(15.860)	(24.311)	32	10.828	(33.514)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	5.329	10.651	-	430	-	16.410
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	(1.276)	(18.596)	15	10.828	(9.029)
Resultado do exercício 2023	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	FGTS	Total	
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	1.276	1.272	
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.162	45.130	10.884	2.122	65.298	
Rendimento esperado dos ativos do plano	(6.844)	(46.650)	-	-	(53.494)	
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	4.524	-	-	4.524	
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	318	3.000	10.884	3.398	17.600	
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.254)	7.857	(60.644)	-	(55.041)	
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(1.391)	(5.611)	63.654	4.447	61.099	
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	270	(9.104)	-	-	(8.834)	
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(3.375)	(6.858)	3.010	4.447	(2.776)	

Notas Explanatórias Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28.4 Ativos do plano

Ativos do plano incluem:	2024				2023			
	Plano BD	Plano CV	Plano Equatorial CD	Plano de saúde	Plano BD	Plano CV	Plano Equatorial CD	Plano de Saúde
Títulos Públicos	45.851	329.638	146.435	50.078	44.655	278.102	124.898	42.210
Fundos de Investimento:	30.668	334.606	223.844	19.745	23.843	420.462	229.798	14.625
Outros	530	33.272	92.542	16.343	7.625	35.245	70.640	26.009
Total	77.049	697.516	462.821	86.166	76.123	733.809	425.336	82.844

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

28.5 Obrigação de benefícios

(a) As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas em 31 de dezembro de 2024	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD		FGTS
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto	12,02%	12,11%	12,29%	12,97%	13,10%	
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%	
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	
Mortalidade geral	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000

Premissas em 31 de dezembro de 2023	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD		FGTS
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,80%	9,78%	9,75%	9,41%	9,55%	
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	
Mortalidade geral	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2024				
		Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD	FGTS
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(2.618)	(14.971)	(14.194)	1	(567)
	Redução de 0,5%	2.808	16.022	17.053	1	594
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	2.110	11.129	19.739	(2)	25
	Redução de 1 ano	(2.132)	(11.220)	(19.134)	3	(27)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	17.046	-	-
	Redução de 0,5%	-	-	(14.256)	-	-

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Premissa	Análise de sensibilidade	2023				
		Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD	FGTS
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3.563)	(18.856)	(18.295)	(1)	(950)
	Redução de 0,5%	2.743	16.986	22.850	1	1.026
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	1.794	10.311	25.330	(1)	86
	Redução de 1 ano	(2.868)	(14.005)	(24.373)	1	(92)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	22.617	-	-
	Redução de 0,5%	-	-	(18.230)	-	-

Embora a análise não considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

28.6 Fluxo de caixa

	2024				
	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD	FGTS
1 Fluxo de caixa no exercício					
Contribuições do empregador	-	3.096	6.545	22.927	7.256
Contribuições de participante	-	135	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	7.241	50.804	6.545	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	7.256
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte					
Contribuições do empregador	-	3.516	6.270	22.441	7.971
Contribuições de participante	-	112	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	6.407	49.264	6.270	59.897	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	7.971
2023					
	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD	FGTS
1 Fluxo de caixa no exercício					
Contribuições do empregador	-	2.239	4.936	-	8.601
Contribuições de participante	-	267	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	5.536	39.904	4.936	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	8.601
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte					
Contribuições do empregador	-	3.422	6.545	7	2.724
Contribuições de participante	-	164	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	6.116	46.815	6.545	8	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.724

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

29 Instrumentos financeiros

29.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme nota explicativa nº 17.5 - *Covenants* das debêntures.

29.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados

29.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 30 de setembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

Notas Explanatórias da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	27.862	27.862	30.430	30.430
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	57.167	57.167	401.551	401.551
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.159.713	1.159.713	858.661	858.661
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.930.281	1.930.281	1.953.598	1.953.598
Outras contas a receber - FUNAC	-	Valor justo por meio do resultado	782.051	782.051	854.732	854.732
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	1.925.201	1.925.201	1.397.260	1.397.260
Total do ativo			5.882.275	5.882.275	5.496.232	5.496.232
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.377.904	1.377.904	1.674.724	1.674.724
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	49.273	49.273	55.991	55.991
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	663.336	674.843	49.943	61.468
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	3.831	3.831	7.317	7.317
Debêntures	2	Custo amortizado	11.480.052	11.394.788	9.905.775	10.524.927
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	132.560	132.560	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	460.691	460.691	577.878	577.878
Total do passivo			14.167.647	14.093.890	12.271.628	12.902.305

- Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado.

Notas Explicativas

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

29.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	2024	
									Total	
XP	13/06/2024	15/05/2036	-	950.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(97.179)	
Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	70.000	383.600	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	34.102	
BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	800.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,27% a.a.	(69.483)	
Total									(132.560)	
								Passivo circulante	(814)	
								Passivo não circulante	(131.746)	
								Passivo total	(132.560)	

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor contábil 2024		
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
Contrato de swap hedge para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.133.600	(132.560)	(174.076)

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

29.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 85.029 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 431.981 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* Fitch Ratings e Standard & Poors.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Notas Explicativas EQUATORIAL Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2024					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	824.209	193.614	141.192	1.159.015	53%
Industrial	47.420	75.219	12.803	135.442	6%
Comercial	205.063	92.945	56.222	354.230	16%
Rural	142.091	49.156	25.850	217.097	10%
Poder público	51.417	23.632	93.075	168.124	7%
Iluminação pública	64.652	18	60.995	125.665	6%
Serviço público	27.759	14.708	1.455	43.922	2%
Total	1.362.611	449.292	391.592	2.203.495	100%

2023					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	762.162	196.162	156.765	1.115.089	49%
Industrial	79.719	74.378	13.948	168.045	7%
Comercial	215.156	102.277	77.185	394.618	17%
Rural	146.696	66.660	25.972	239.328	11%
Poder público	77.923	24.474	107.746	210.143	9%
Iluminação pública	61.001	17	58.794	119.812	5%
Serviço público	32.913	16.200	1.646	50.759	2%
Total	1.375.570	480.168	442.056	2.297.794	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7 - Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	% Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%% Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	180.500	13,74%	24.796	610.772	0,55%	3.356
Vencido 1 a 30	13.438	17,15%	2.305	280.621	0,60%	1.680
Vencido 31 a 60	5.551	35,92%	1.994	73.209	7,22%	5.287
Vencido 61 a 90	4.065	49,91%	2.029	26.755	13,75%	3.680
Vencido 91 a 120	3.637	55,27%	2.010	16.928	18,94%	3.207
Vencido 121 a 150	3.037	59,10%	1.795	11.757	22,10%	2.598
Vencido 151 a 180	3.110	61,22%	1.904	11.997	24,41%	2.929
Vencido 181 a 210	3.054	79,27%	2.421	11.681	38,50%	4.497
Vencido 211 a 240	2.973	78,78%	2.342	10.705	38,96%	4.171
Vencido 241 a 270	2.821	79,33%	2.238	10.015	39,09%	3.915
Vencido 271 a 300	2.716	77,69%	2.110	8.526	39,49%	3.367
Vencido 301 a 330	2.720	78,27%	2.129	10.790	39,23%	4.233
Vencido 331 a 360	2.390	76,40%	1.826	10.718	38,75%	4.153
Vencido 361 a 390	2.483	79,62%	1.977	9.667	39,25%	3.794
Vencido 391 a 420	2.375	79,96%	1.899	8.255	39,24%	3.239
Vencido 421 a 450	2.426	80,01%	1.941	6.851	38,87%	2.663
Vencido 451 a 630	14.401	77,38%	11.143	34.714	39,08%	13.567
Vencido 631 a 720	6.994	75,61%	5.288	18.905	39,11%	7.394
Vencido 721 a 810	8.183	81,72%	6.687	19.154	38,41%	7.357
Vencido 811 a 990	23.171	82,34%	19.080	41.064	37,60%	15.441
Vencido 991 a 1080	11.422	80,63%	9.209	22.541	37,24%	8.394
Vencido 1081 a 1170	10.471	77,82%	8.149	20.353	37,22%	7.576
Vencido 1171 a 1350	7.266	92,16%	6.696	19.896	87,82%	17.472
Vencido 1351 a 1530	18.269	77,60%	14.176	27.712	38,07%	10.551
Vencido 1531 a 1710	15.265	87,26%	13.321	27.023	57,30%	15.483
Vencido 1711 a 1890	5.027	94,93%	4.772	11.990	80,19%	9.615
Maior 1891	33.827	100,00%	33.827	12	100,00%	12
Total	391.592		188.064	1.362.611		169.631

Aging de parcelamentos saldos a vencer

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	36.999	4.699	1.085	580	43.363
Industrial	4.185	832	474	296	5.787
Comercial	14.109	4.353	1.941	3.075	23.478
Rural	8.770	1.018	473	187	10.448
Poder público	18.341	8.928	5.475	12.755	45.499
Iluminação pública	18.148	12.631	7.912	12.535	51.226
Serviço público	466	216	138	239	1.059
Total a vencer	101.018	32.677	17.498	29.667	180.860

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2024				
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. há mais de 1530 dias
Residencial	15.362	16.636	27.181	24.346	5.010
Industrial	750	523	1.050	1.195	699
Comercial	4.665	4.427	8.057	9.532	3.356
Rural	2.317	3.291	3.993	3.213	585
Poder Público	2.030	2.262	1.405	3.146	35.358
Iluminação Pública	1.199	1.471	1.093	2.268	1.128
Serviço Público	129	31	3	-	104
Total de parcelamentos	26.452	28.641	42.782	43.700	46.240
					187.815

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PCLD
A vencer	449.292	0,50%	2.229

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD
A Vencer	3.934	0,61%	24
Vencido 1 a 30	2.749	0,62%	17
Vencido 31 a 60	1.044	7,95%	83
Vencido 61 a 90	704	15,77%	111
Vencido 91 a 120	605	21,16%	128
Vencido 121 a 150	170	24,71%	42
Vencido 151 a 180	156	26,92%	42
Vencido 181 a 210	128	40,63%	52
Vencido 211 a 240	1.103	39,71%	438
Vencido 241 a 270	147	40,82%	60
Vencido 271 a 300	144	40,97%	59
Vencido 301 a 330	198	40,40%	80
Vencido 331 a 360	163	41,10%	67
Vencido 361 a 390	189	40,74%	77
Vencido 391 a 420	226	40,71%	92
Vencido 421 a 450	200	41,00%	82
Vencido 451 a 630	2.733	40,94%	1.119
Vencido 631 a 720	2.202	41,05%	904
Vencido 721 a 810	2.234	41,00%	916
Vencido 811 a 990	3.393	40,97%	1.390
Vencido 991 a 1080	1.375	41,02%	564
Vencido 1081 a 1170	1.336	40,87%	546
Vencido 1171 a 1350	490	98,16%	481
Vencido 1351 a 1530	1.814	40,85%	741
Vencido 1531 a 1710	1.284	69,86%	897
Vencido 1711 a 1890	396	92,42%	366
Maior 1890	1	100,00%	1
Total	29.118		9.379

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e Ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 16 - Empréstimos e financiamentos e nº 17 - Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 4,6 (3,5 em 31 de dezembro de 2023).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	663.336	813.826	25.941	62.967	84.600	640.318	-
Debêntures com garantia	11.480.052	18.953.562	62.003	1.053.647	1.062.271	8.004.083	8.771.558
Fornecedores	1.377.904	1.377.904	591.319	786.585	-	-	-
Fornecedores - risco sacado	49.273	49.273	48.244	1.029	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	1.427.177	1.427.177	639.563	787.614	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.831	3.831	168	792	922	1.949	-
Total	13.574.396	21.198.396	727.675	1.905.020	1.147.793	8.646.350	8.771.558

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Notas Explicativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 - Empréstimos e financiamentos e nº 17 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 3,7% (0% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 29.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Notas Explanativas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(443.405)	(481.370)	(601.713)	(722.055)	(361.027)	(240.685)
Impacto no resultado			(37.965)	(120.343)	(240.685)	120.343	240.685
Swap - Ponta Ativa	US\$	448.044	486.406	608.008	729.609	364.804	243.203
Impacto no resultado			37.965	120.343	240.685	(120.343)	(240.685)
Efeito em outros resultados abrangentes			397	1.259	2.518	(1.259)	(2.518)
Efeito líquido no resultado			-	-	-	-	-
Referência para ativos e passivos financeiros Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)		Taxa projetada 31/12/2024		+25%	+50%	-25%	-50%
Fonte: B3			6,72	6,19	8,40	10,08	5,04
							3,36

(e) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.216.880	1.404.401	1.451.281	1.498.162	1.357.521	1.310.640
Impacto no resultado do exercício				46.880	93.761	(46.880)	(93.761)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI IPCA	(9.437.211) (2.364.248)	(10.891.485) (2.516.506)	(11.255.054) (2.554.570)	(11.618.622) (2.592.635)	(10.527.916) (2.478.442)	(10.164.348) (2.440.377)
Total passivos financeiros		(11.801.459)	(13.407.991)	(13.809.624)	(14.211.257)	(13.006.358)	(12.604.725)
Impacto no resultado do exercício				(401.633)	(803.266)	401.633	803.266
Swap - Ponta Passiva		(413.942)	(477.730)	(493.677)	(509.624)	(461.783)	(445.836)
Impacto em outros resultados abrangentes				(390)	(779)	390	779
Impacto no resultado do exercício				(15.558)	(31.115)	15.558	31.115
Impacto líquido no resultado do exercício total				(370.310)	(740.620)	370.310	740.620
Referência para ativos e passivos financeiros¹	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023		+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	15,41%	10,88%		19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (% 12 meses)	6,44%	7,87%		8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3.

(f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 16 - Empréstimos e financiamentos e 17 - Debêntures.

(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo (PLD) e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025.

Notas Explanativas Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento ambiental;
- Gestão de limpeza de faixa, podas e supressão de vegetação;
- Gestão de resíduos, educação e conscientização ambiental;
- Gestão de requisitos legais;
- Gestão de recursos hídricos; e
- Normatização e controle do sistema de gestão ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

Notas Explicativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

29.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

30 Demonstração dos fluxos de caixa

30.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	452.857
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	1.405.686
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores (a)	86.452
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento (a)	125.950
Total de atividades de investimento	2.070.945
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	174.076
Capitalização de juros de empréstimos	15.807
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.978
Total de atividades de financiamento	192.861
Total	2.263.806

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 14 - Ativos de contrato.

30.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Baixa de arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	49.943	549.070	(3.609)	-	-	67.932	663.336
Debêntures	9.905.775	1.483.280	(1.280.019)	-	-	1.371.016	11.480.052
Instrumentos Fin. Derivativos	-	-	-	-	174.076	(41.516)	132.560
Passivos de arrendamento	7.317	(6.464)	(748)	2.978	-	748	3.831
Totais	9.963.035	2.025.886	(1.284.376)	2.978	174.076	1.398.180	12.279.779

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

Notas Explanativas Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2025 a 2036	3.672.799	3.925.818	4.124.778	50.752.278
Energia contratada (em MWh)	2025 a 2036	14.724.335	14.692.868	14.736.158	152.951.420

(*) estimado em 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027
	2025 a 2027	959	922	998	952
Arrendamentos e aluguéis					

Notas Explicativas

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida

Windsor Silva Santos Júnior

Jaconias de Aguiar

Diretoria Executiva

Lener Silva Jayme
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-GO

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucrativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa no 11 às demonstrações contábeis, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber "Créditos especiais - Funac", no montante de R\$ 782.051 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da Companhia, relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da Companhia para a Eletrobras que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual no 7.732 de 28 de setembro de 2002.

A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a

colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 449.292 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa no 7 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade de ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa no 13 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, o montante de R\$ 2.650.350 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais

alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., nos termos do inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Lener Silva Jayme, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; André Luiz Barata Pessoa; Fernanda Verzenhassi Sacchi, Humberto Luis Queiroz Nogueira, Agnelo Coelho Neto, José Silva Sobral Neto, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.